

ENTREVISTA

Aloysio Biondi:
"O governo FHC
quebrou o Brasil"

DIEESE

Cenário adverso
das negociações
coletivas no país

GREVES

Os trabalhadores
nos transportes
mostram sua força

ANO 13 - Nº 31 - R\$ 7,50

SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/99

Debate Sindical

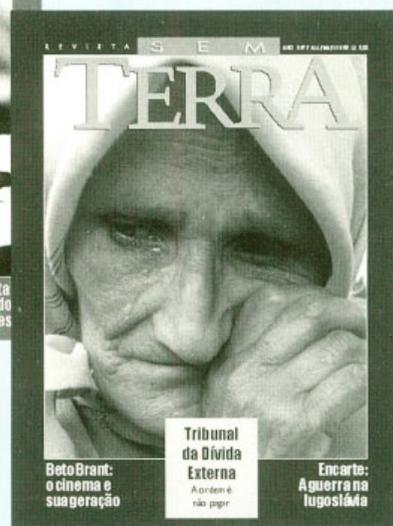
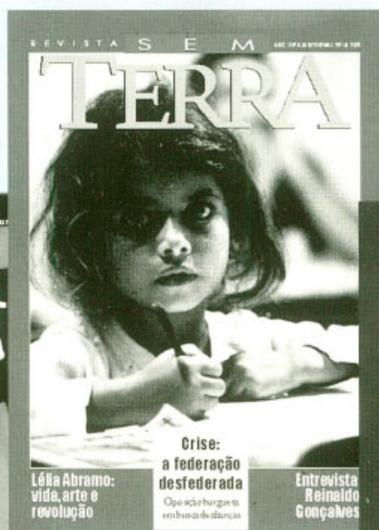


OS SINDICATOS E A DEGRADAÇÃO TRABALHISTA

Assine a revista **SEM TERRA!**

SEM TERRA é a revista trimestral do MST!

Nela você terá a companhia de grandes companheiros. Assine já!



Envie seus dados (nome, endereço completo, telefone para contato) junto de cheque nominal à ANCA – Assoc. Nacional de Cooperação Agrícola.

Se preferir, deposite na conta Bradesco, agência 0136-8 conta 105510-0, neste caso, mande-nos uma cópia do comprovante anexo ao seu pedido de assinatura.

Assinatura anual (4 edições) = R\$ 25,00

REVISTA **S E M**
TERRA

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianei Martins

Wagner Gomes

Projeto gráfico:

Caco Bisol (0__51 212-4063)

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves (289-9574)

Edição de fotos:

Alexandre Machado (263-1969)

Revisão:

Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

Editora Parma



- 4** **O "Fora FHC" e a greve geral**
JOÃO BATISTA LEMOS
- 8** **"O Brasil é viável"**
ENTREVISTA: ALOYSIO BIONDI
- 12** **Coluna: "Mercado de trabalho"**
MARCIO POCHMANN
- 13** **A Ford e a guerra fiscal**
NILTON VASCONCELOS
- 16** **A força do setor de transportes**
OSVALDO BERTOLINO
- 19** **Polêmica: O sindicato nacional é o caminho?**
HEIGUIBERTO NAVARRO/ANTONIO BALBINO/
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA
- 26** **Coluna: "Ação sindical"**
JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 27** **Os sindicatos e a regressão trabalhista**
ALTAMIRO BORGES
- 33** **Justiça do Trabalho sob ameaça**
NIVALDO SANTANA
- 35** **Coluna: "Legislação"**
ULISSES RIEDEL
- 36** **Contexto das negociações coletivas**
ANTONIO PRADO
- 38** **O legado econômico de FHC**
UMBERTO MARTINS
- 41** **A crise da indústria automobilística**
THOMAS GOUNET
- 44** **Os conselhos de fábrica na Itália**
AUGUSTO BUONICORE
- 47** **Neoliberalismo e trabalhadores**
ARMANDO BOITO
- 52** **Resenhas de livros**
EMIR SADER/AUGUSTO BUONICORE/DIORGE KONRAD
- 56** **Cartas**
- 58** **Coluna: "Opinião"**
ÁLVARO GOMES

JOÃO BATISTA LEMOS

A CUT, a greve geral e

O Brasil atravessa um período de grande turbulência, com o aumento acelerado da vulnerabilidade econômica do país e o agravamento crescente do quadro político. São cada vez maiores os sinais de que é possível alterar a atual correlação de forças, superando a longa fase de defensiva imposta pelo neoliberalismo. A oposição democrática e popular, mais coesa e madura, investe nas mobilizações sociais e forja-se como alternativa a um governo em crise, moribundo. Num curto espaço de tempo, três episódios marcantes indicaram o alto grau de revolta da sociedade contra FHC.

Primeiro foram os caminhoneiros, que durante quatro dias de greve quase estrangularam o sistema de distribuição de mercadorias. Depois foram os ruralistas, acampados em Brasília num movimento que “uniu” grandes e pequenos proprietários e denunciou a falência da agricultura, arruinada pelos juros escorchantes. Por último, e o mais importante, foi a “Marcha dos 100 mil”, em 26 de agosto, que entregou 1,3 milhão de assinaturas exigindo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar crime de responsabilidade do presidente na privatização da Telebrás.

Esta é a segunda grande onda de protestos no ano. No primeiro semestre, o governo já havia sofrido forte pressão popular – 30 mil pessoas nas manifestações de 26 de março; 5 mil na passeata de 20 de abril no Rio de Janeiro; 50 mil na comemoração do Dia de Tiradentes, em Ouro Preto (MG); milhares de manifestantes nos atos do 1º de Maio, os maiores desta década.

Cesar Hidari Ogata



A “Marcha dos 100 mil”, que ocupou Brasília em 26 de agosto, foi a maior manifestação de protesto contra o atual governo

Agora, nova explosão de revolta, que prosseguirá com o Grito do Excluídos, em 7 de setembro; a greve nacional dos metalúrgicos, em 14 de setembro; as manifestações em defesa da saúde, entre 21 e 23 de setembro; a marcha da educação, em 6 de outubro; e a chegada a Brasília da marcha do MST, prevista para 8 de outubro.

PALÁCIO APELA PARA O MARKETING POLÍTICO

FHC sentiu o impacto. Ele sabe do potencial irradiador das manifestações de rua. Tanto que se apressou em recolher seus cacos, em agrupar sua base de sustentação há muito fraturada. ACM e Covas, apontados como possíveis candidatos

O "Fora FHC"



da situação, silenciaram em suas "críticas" e cerraram fileiras para defender o governo. A tropa de choque do Planalto procurou desqualificar os protestos – taxou a greve dos caminhoneiros de locaute, os agricultores de caloteiros e destilou todo o veneno contra a "Marcha dos 100 mil", acusando-a de "golpista" e de "marcha dos sem-rumo". ACM, cria da ditadura, chegou a falar em "ato subversivo" e o governo colocou o Exército em

prontidão.

Todo esse terrorismo não intimidou e nem dividiu a oposição – como era o desejo dos estrategistas palacianos. Acuado, o governo mudou de tática. Usou e abusou da mídia para maquiar sua imagem. E, num novo golpe de *marketing*, anunciou o Plano Plurianual (PPA), que promete o milagre de aplicar R\$ 1,1 trilhão em 358 obras e de criar 8,5 milhões de empregos. Apesar do tom festivo do anúncio, FHC não

INFORMES

ELDORADO EM LUTO

A absolvição dos comandantes da PM responsáveis pela chacina de Eldorado do Carajás "é uma vergonha nacional" – afirmou João Pedro Stédile, dirigente do MST. O crime – ocorrido em abril de 1996, quando policiais assassinaram 19 lavradores que ocupavam uma estrada no sul do Pará – foi reconhecido pelo júri, mas os chefes da matança foram inocentados. Isto apesar das provas cabais de que muitos lavradores foram mortos à queima-roupa e pelas costas.

ANISTIA: 20 ANOS

Várias iniciativas relembrou a sanção, em 28 de agosto de 1979, da Lei da Anistia. Na época, a forte pressão oposicionista garantiu a devolução dos direitos políticos a milhares de brasileiros que lutaram contra o regime militar. No entanto, os ditadores ainda conseguiram impedir a punição dos torturadores e a revelação do destino dos mortos e desaparecidos. Agora, com o infame julgamento da chacina de Eldorado do Carajás, ficam mais patentes os limites da democracia no Brasil.

CNBB PROTESTA

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pende cada vez mais para a oposição ao governo FHC. Em recente nota, afirma: "É preciso romper a dominação da lógica do mercado, que esquece a centralidade da pessoa humana. Não se pode aceitar um tipo de globalização comandada por interesses financeiros, que beneficia uns poucos e exclui as grandes maiorias". Também condena a "perigosa promiscuidade entre o público e o privado" e aponta a onda de protestos no país como um "sinal de alerta".

COLÔMBIA TENSA

A situação política na Colômbia é cada dia mais tensa, como comprova a adesão massiva à greve geral de agosto. Liderada pelas três centrais sindicais, ela teve o apoio das forças guerrilheiras, que ocuparam uma hidroelétrica e explodiram oleodutos. A articulação entre os movimentos sociais urbanos e a guerrilha camponesa (que já controla 40% do território) coloca na parede o governo de Andrés Pastrana. Durante os protestos, a menina July Veira foi morta e 300 grevistas foram presos.

EUA NA ESPREITA

Alta-tensão na Colômbia; atitudes soberanas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez; provável derrota de Menem na Argentina ... e os EUA falam em ação militar no continente para “combater as drogas”. O general Barry McCaffrey, chefe da agência antidrogas ianque, não esconde os interesses em jogo: com as “privatizações e a abertura comercial (...), as exportações norte-americanas para a região aumentaram em mais de 100% nos últimos anos, gerando 900 mil empregos” nos EUA.

MORTES NO IRAQUE

Num outro canto do mundo, no Iraque, a política dos EUA também causa genocídio. Sob bloqueio desde 1989, o país está proibido de comprar alimentos e medicamentos. O resultado, segundo a Unicef, é que “a mortalidade entre as crianças com menos de cinco anos aumentou de 56 por mil nascidos em 1989 para 131 mortes por mil nascidos em 1998 – uma elevação de 140%”.

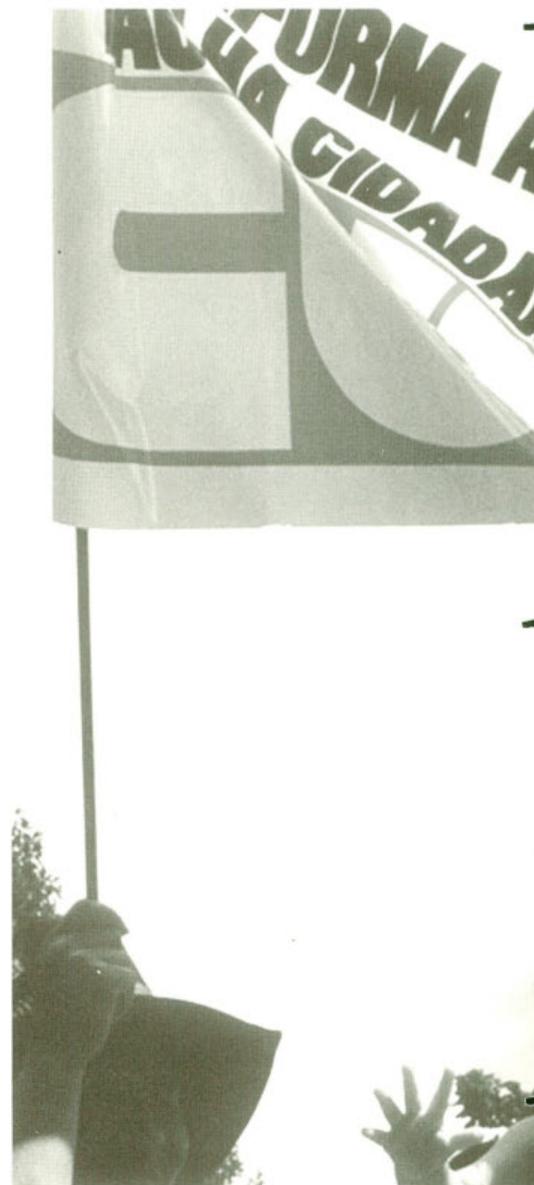
convenceu nem os setores mais próximos. “O Brasil não precisa de planos. Se o governo quer mesmo desenvolver o país, ele precisa enfrentar o FMI e governar mais para o Brasil, do que para Wall Street”, comentou o vice-presidente da Fiesp, Roberto Jeha.

Com o agravamento da crise econômica, a queda de popularidade do presidente e a proximidade das eleições municipais, a fratura na base conservadora parece não ter mais remendo. Os sintomas de uma possível crise política surgem por todos os poros. Até amigos do “rei”, como Clóvis Carvalho, são guilhotinados. Tanto que uma parte das elites já sinaliza com a busca de alternativas confiáveis. Jornais como a *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* abrem espaços para Ciro Gomes, como que tentando atrai-lo para posições mais moderadas. Seu partido, o PPS, tornou-se o principal ninho de tucanos e outros “dissidentes” do governo.

OPOSIÇÃO UNIDA PARA DERROTAR O GOVERNO

Diante da retomada das mobilizações e da crise governista, a oposição aposta na reversão do quadro político. “É evidente que mudou a situação após a ‘Marcha dos 100 mil’”. Ela consolidou uma mobilização que já vinha acontecendo e fez com que a oposição deixasse de ser difusa”, comenta José Dirceu, presidente do PT. Leonel Brizola, líder do PDT, acredita que a partir de agora “o governo vai derreter-se como pedra de gelo em sol do meio-dia”. Já o PCdoB avalia que os recentes protestos “inauguram uma fase nova, um novo momento da luta popular e política em nosso país”.

A oposição democrática e popular, entretanto, está diante de dois grandes desafios. O primeiro é o de continuar investindo pesado nas mobilizações políticas de massas; e o



segundo, alavancado pelo anterior, é o de reforçar e ampliar a sua unidade. Existem ainda diferenças no campo oposicionista, que as elites tentam explorar. O governador petista Jorge Viana, por exemplo, após organizar o palanque para FHC na sua visita ao Acre, declarou: “A campanha do *impeachment* extrapola o jogo democrático”.

As divergências são táticas. Alguns setores defendem mudanças na política econômica e não do governo. Enquadram os protestos no calendário eleitoral, como atos que desgastam os partidos governistas e preparam o terreno para a vitória da oposição nas eleições municipais do

Segunda onda de protestos no ano prepara o clima para a greve geral contra o governo

fragmentar a oposição. Elas inclusive tendem a ser superadas no curso da luta política. Se a onda de protestos for ascendente e explodirem novos abalos no terreno econômico, outras

cisões atingirão as classes dominantes e os partidos governistas – o que impulsionaria a luta pelo fim do atual governo. E é exatamente neste ponto que ganha relevo o papel do movimento sindical, em especial o da CUT.

Já na “Marcha dos 100 mil”, os sindicatos comprovaram mais uma vez a força da sua estrutura e a sua capacidade de mobilização – inclusive viabilizando a presença de outras entidades populares. Agora, em setembro/outubro, várias categorias entram na reta final de suas campanhas salariais e já falam em deflagrar paralisações. É o caso dos metalúrgicos, petroleiros, bancários, entre outras. Esse clima de radicalização ficou patente na 9ª Plenária Nacional da CUT, em agosto, que aprovou por unanimidade a bandeira do “Fora FHC” e a proposta de um dia de greve geral em outubro.

No período mais recente, a CUT saiu da apatia e investiu nas mobilizações de rua. Participante ativa do Fórum Nacional de Lutas, iniciativa inédita que reúne o grosso do movimento popular, ocupou seu papel de unificadora das lutas. Ainda persistem problemas no seu interior, como na postura estratégica diante do capital, de orientação social-democrata, e na insistência em impor estruturas centralizadoras e cupulistas. Mas, apesar disto, é na luta que a CUT se revigora. A preparação da greve geral pode ser a sua maior contribuição na jornada pelo fim do governo neoliberal de FHC.

João Batista Lemos é metalúrgico, integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

GRÁRIA
IA



próximo ano e na sucessão presidencial de 2002. Por isso, resistem à palavra-de-ordem do “Fora FHC”. Já outros setores, agora reforçados pelos fóruns da CUT, UNE e MST, entendem que não há saída com o atual governo e que aumentam as possibilidades para a eclosão de uma crise política no país. Avaliam que a bandeira do “Fora FHC” é a que dá atualmente maiores perspectivas à luta do povo.

O PAPEL DA CUT E A GREVE GERAL DE OUTUBRO

Estas diferenças táticas, embora importantes, não devem paralisar ou

INFORMES

ONU E RIQUEZA

O último relatório da ONU, divulgado em julho, qualifica como “grotescas” as diferenças de renda no planeta. Num extremo, cresce a concentração de riquezas. O patrimônio das 200 pessoas mais ricas do mundo aumenta US\$ 500 por segundo; e “os ativos dos três maiores multimilionários são superiores ao PIB de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes”.

ONU E MISÉRIA

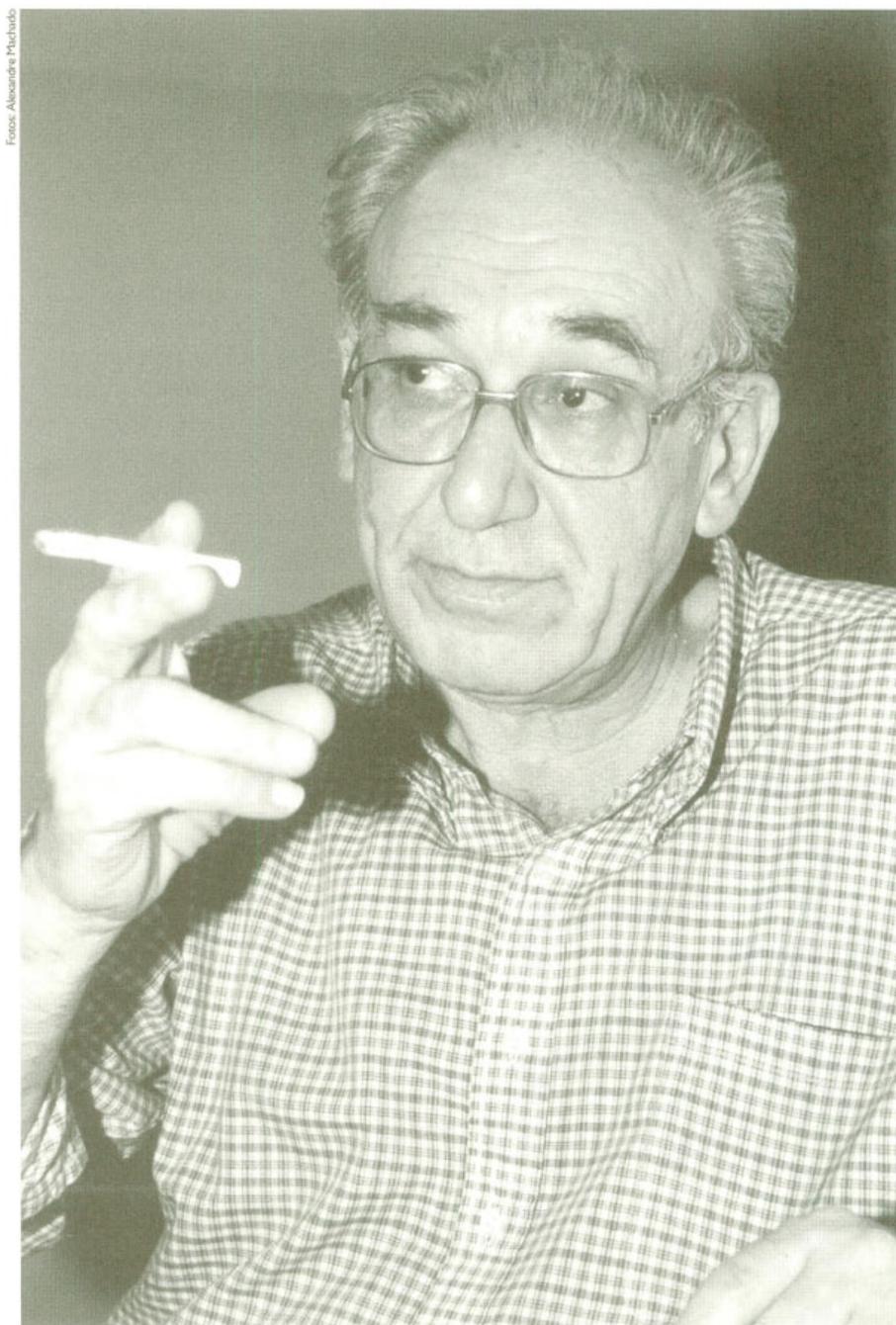
No outro extremo, aumenta a barbárie social. A miséria atinge inclusive o coração do sistema capitalista. O pior desempenho é o dos EUA: 16,5% da população sofre privações. A conclusão da ONU é apocalíptica. “Os perigos de conflitos mundiais podem ser uma realidade no século 21: guerras comerciais para promover interesses nacionais e empresariais; volatilidade financeira sem controle, provocando conflitos civis; crime mundial fora de controle”.

ONU E BRASIL

Para desespero de FHC, o relatório também rebaixa o país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – de 62º para 79º no ranking mundial. Segundo a ONU, 15,8% da população brasileira (26 milhões de habitantes) não tem acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos. O Brasil continua com o vexaminoso título da pior distribuição de renda do planeta. Os 20% mais pobres ficam com 2,5% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais ricos concentram 63,4% dela.

Ele transita pelo mundo dos números de forma impressionante, citando de memória indicadores econômicos, valores da dívida, déficits, taxas de juros. “Eu trabalho com isso há tanto tempo ... Acostumei”, explica. O jornalista econômico Aloysio Biondi acaba de trocar uma coluna semanal na *Folha de S.Paulo* por um espaço, todos os dias, no jornal *Diário Popular*. Super assediado desde que publicou o livro *O Brasil privatizado*, Biondi recebeu a **Debate Sindical** – em meio a duas outras entrevistas – sempre falando muito e tornando acessíveis os sempre complicados conceitos econômicos. Como um jornalista deve ser, mesmo quando é ele o entrevistado

POR LUCIANA BENTO



ALOYSIO BIONDI

"A hegemonia dos EUA está abalada"

Debate Sindical: O senhor tem defendido, em entrevistas e artigos, que os Estados Unidos estão em crise econômica e são a "bola da vez". Gostaria que o senhor explicasse porquê.

Aloysio Biondi: É muito simples: os Estados Unidos têm um buraco enorme na balança comercial. Eles sempre importaram mais do que exportaram e, com a crise asiática, esse rombo se agravou. A balança comercial deles sempre teve um déficit de 10 a 12 bilhões de dólares. No ano passado esse déficit chegou a 15 bilhões de dólares em um mês. O normal, nessas situações, é que a moeda caia. É por isso que o dólar está caindo diante do iene (*moeda japonesa*) sem parar.

Os Estados Unidos teriam que cortar suas importações e aumentar as exportações, o que acontece via desvalorização da moeda. Bom, isso nunca aconteceu porque o dólar sempre foi aceito mundialmente como uma moeda forte. Porém os Estados Unidos são os maiores caloteiros do mundo. Recebem mercadorias de todo o planeta e pagam com dólar, que nada mais é do que um "papagaio", que não tem correspondência com a exportação deles. Os Estados Unidos têm uma dívida externa calculada entre 6 a 8 trilhões de dólares.

Só para comparar, a dívida do Brasil é de quanto?

É de 230 bilhões de dólares, o que corresponde a ¼ do nosso PIB, mais ou menos. A dívida deles corresponde a 100% do PIB. No caso do Brasil, o país começa a dever muito e os investidores não querem

mais comprar nossos papéis porque acham que vai ter calote. No caso dos Estados Unidos, seria a mesma coisa se o dólar valesse realmente o que se pensa que ele vale.

Se tivesse lastro ...

Exatamente. Já em abril e maio deste ano, a diferença entre exportações e importações americanas passou para 18 bilhões de dólares por mês. Em junho, foi para 21 bilhões de dólares. Mais 3 bilhões em um mês! No final do ano, eles vão acumular um buraco de 270 bilhões de dólares. E como eles vão pagar? Com a emissão de dólares.

Tem que avaliar esses detalhes, principalmente porque surgiu o euro (*moeda comum européia*). O dólar está supervalorizado, teria que cair 28% em relação ao euro e 23% em relação ao iene. Para as exportações subirem, eles precisam desvalorizar o dólar.

Mas o governo americano não pretende fazer isso ...

Ele não desvalorizaria, é uma queda no mercado. Os Estados

"Os Estados Unidos são hoje os maiores caloteiros do mundo. Recebem mercadorias de todo o planeta e pagam com papagaios"

Unidos se beneficiaram com a abertura de mercado nos chamados países emergentes. Tanto que eles tinham um saldo negativo de um milhão e meio de dólares com o Brasil e passaram a ter um saldo positivo de cinco milhões de dólares.

Eles forçaram esses governos a abrir a economia para compensar o déficit que sempre tiveram com a Europa, a Ásia e o Japão. É apenas um ciclo: num primeiro momento, os EUA conseguiram vender mais. Só que vem o troco: a Coreia, por exemplo, seis meses depois, já estava com saldo positivo de vinte e tanto milhões de dólares na balança comercial.

O raciocínio é: os Estados Unidos tiveram um fase de grande prosperidade porque forçaram a abertura dos mercados em outros países, e não da Europa. Só que esses países passaram pelo refluxo da maré e agora vão segurar as importações americanas e exportar os seus produtos.

Eles importam 10 milhões de barris de petróleo por dia. Nos últimos dois anos, o preço tinha caído de 20 para 10 dólares o barril. Mas agora voltou para 20 dólares, porque os países fornecedores cortaram a produção para forçar a recuperação dos preços, coisa que a imprensa brasileira não noticiou. E sabe por quê? Porque o governo FHC queria entregar o petróleo naqueles leilões e dizia que o preço estava baixo. Porém, o petróleo começou a se recuperar e, em abril, já estava em 16 dólares o barril. Esse é o fato econômico mais importante do ano, porque reequilibrar países exportadores de petróleo como a

Venezuela, o Equador e a Rússia, que, aliás, é um bom exemplo. A Rússia, em abril, já estava com um saldo positivo de 24 bilhões de dólares na balança comercial. É como a Venezuela, que de repente fica com um déficit porque a arrecadação é muito ligada ao petróleo.

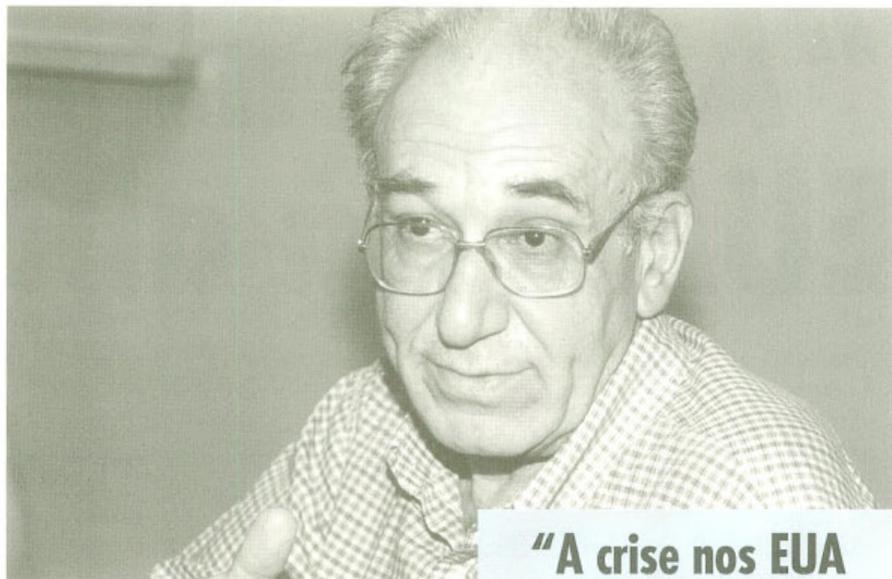
Mas esses são países periféricos. Do ponto de vista da Europa e Estados Unidos, da hegemonia do dólar, o fato é que o déficit da balança comercial americana já aumentou horrores antes do petróleo subir.

O euro já está consolidado?

A maioria dos países europeus importantes tem governos de esquerda e o euro só foi possível por isso. Em fevereiro, a *Gazeta Mercantil* publicou indicadores econômicos mostrando que há mais emissões de títulos em euro do que em dólar. Todo o mundo tem que confiar na moeda européia porque esses países têm saldo positivo. Eles não estão comprando mercadoria e pagando com “papagaio”, eles têm dinheiro para pagar. Os Estados Unidos estão emitindo “papagaio” porque não têm nada para lastrear a moeda. É um fenômeno político do século, a hegemonia do dólar vai ser abalada.

Você disse que os EUA entrarão em crise, mas não o restante do mundo. Como isso é possível?

Vai ter uma turbulência de três e quatro meses no mercado mundial, claro. Mas não vai ser um *crash* como o que ocorreu em 1929. O euro é o começo do fim da hegemonia dos Estados Unidos. É muito interessante: a Rússia está com saldo de 24 bilhões em sua balança comercial, a Alemanha tem saldo de 70 milhões, o da França é de 29



“A crise nos EUA serviria de desculpa para o governo FHC. Mas a verdade é que o país já está quebrado por causa da dívida”

milhões, o saldo da Itália é de 24 milhões, o Japão tem um saldo de 120 bilhões. Esses países sofriam com a farsa do valor artificial no dólar, porque a economia deles não está com problema nenhum.

E que conseqüências uma crise dos EUA teria para o Brasil?

Num primeiro momento, serviria de desculpa para o governo FHC, que já usou as crises da Ásia e da Rússia como desculpa. A verdade é que o Brasil continua quebrado porque o governo pagou 27 bilhões de dólares de juros em cinco anos. No ano passado, foram 72 bilhões! Este ano a previsão é de 120 bilhões de dólares de juros.

Acumulados?

Não, a cada ano! E olha que não é a prestação mais os juros, são só juros. São 100 bilhões por ano! Isso é praticamente o orçamento do governo, que é de 160 bilhões. Estamos vivendo uma farsa e o FMI sabe perfeitamente que não tem ajuste, não tem nada que pague isso.

O FMI sabe que, mais cedo ou mais tarde, o governo brasileiro vai quebrar. Mas uma crise que abale o

governo a ponto de ter um grande debate nacional não interessa a eles. Por sorte, estamos caminhando para ela. Eu digo sorte porque, enquanto não houver esse debate, eles vão continuar privatizando o petróleo, vendendo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, as energéticas. Eles estão esticando a corda e, quando estiver tudo privatizado, vão deixar quebrar.

Por falar em privatizações, o senhor publicou recentemente um livro que mostra que elas estão sendo um péssimo negócio para o Brasil, inclusive financeiramente. O que levou o senhor a escrevê-lo?

Eu estava chefiando o DCI (*Diário do Comércio e Indústria*, jornal paulista) na época e acompanhei todo o processo de

“Os EUA têm uma dívida externa calculada entre 6 a 8 trilhões de

privatização. Era um assunto que me incomodava demais, pela falta de informações, pela parcialidade da imprensa, por causa da passividade da opinião pública...

O livro teve uma receptividade muito grande, não é fácil vender 120 mil exemplares no Brasil, ainda mais com um assunto meio espinhoso ...

As pessoas ficam muito instigadas pelos dados mostrados no livro. Eu sou um profissional de comunicação. Meu interesse sempre foi fazer uma coisa de massa, que falasse ao "homem comum". É claro que, para chegar a essa tiragem, fomos ajudados por uma série de coisas. As co-edições com as entidades sindicais, por exemplo. Eu não ousaria calcular 100 mil exemplares vendidos, mas eu sempre acreditei que era um tema que despertaria grande interesse.

O livro foi baseado principalmente em dados publicados pela imprensa, não é isso?

E de relatórios do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) também. Procurei não usar dados da oposição, mas os oficiais, declarações das empresas, dos seus diretores. Eu falo pouco do neoliberalismo no livro, mas é deliberado. Porque se eu começasse a colocar que a privatização era uma coisa vinda de fora, daria margem para o governo dizer que não tem culpa, que "foi uma coisa mundial", inevitável.

Mas qual a sua opinião sobre a privatização de setores como a energia elétrica, por exemplo?

Acredito que alguns setores são realmente estratégicos ... A França privatizou a Telecom no ano passado, mas o governo continuou



"Esse governo é uma coisa lamentável. Ele poderia ter rompido com o FMI e lançado um projeto nacional. O país é viável"

com 20% das ações e com o controle da empresa. Só a Inglaterra vendeu o que tinha. E a tendência mundial não é essa. Veja o minério, por exemplo. A Vale do Rio Doce sempre teve uma grande briga com a Austrália e com a Índia para exportação. E se você não tem o controle nacional é a matriz da multinacional que determina o que exportar. Até por definição, ela não vai agir de acordo com os interesses de um país específico. Ela age de acordo com seus interesses globais.

Se você precisa do dólar para pagar os compromissos externos, o Estado precisa ter o controle dessas áreas, que tem tendência ao cartel. Eles conseguiram nos convencer de uma grande mentira, que é a de que os recursos naturais não tinham mais

importância, que agora o negócio é tecnologia. Esse foi o grande mito do início do escancaramento do mercado. Precisava de tecnologia, recurso natural não valia mais nada. Todo mundo acha que petróleo é combustível para carro. Petróleo é a fonte de energia dos Estados Unidos! Eles não têm rios para produzir energia, então eles usam basicamente o petróleo. Sem o petróleo, a economia deles pára no dia seguinte.

Esse debate de setores estratégicos não é ufanismo. São fatores econômicos, concretos. Nossa energia é gerada a partir da água, de graça. Temos petróleo, os campos mais fantásticos do mundo estão sendo descobertos aqui, temos todos os tipos de minérios, Carajás, solo altamente agricultável, clima diferenciado, energia solar, mercado interno. Esse governo é uma coisa lamentável. Ele poderia ter rompido com o FMI dez vezes e lançado um projeto nacional. O país é viável.

Luciana Bento é jornalista

dólares, o que corresponde a 100% do PIB"

MARCIO POCHMANN

A qualificação profissional está a serviço do emprego?

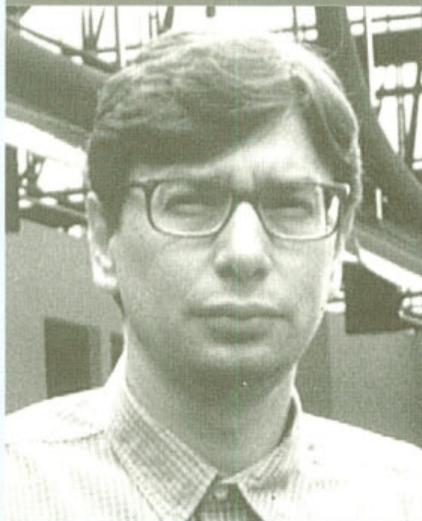
A derrota da alternativa democrática e popular, em 1989, abriu espaço para o avanço do projeto de dominação neoliberal no Brasil. Havia, todavia, conhecimento prévio de que isso não seria um simples passeio, diante de resistências organizadas por parte da sociedade. O movimento sindical colocava-se, então, em posição de destaque nesta trincheira.

Para um bom estrategista governamental, tornou-se urgente encontrar uma forma adicional de fragilizar o sindicalismo, inviabilizando suas ações e, mais do que isso, atraí-lo e incorporá-lo, na medida do possível, ao próprio projeto neoliberal. A construção do desemprego em massa no Brasil seria assim transformado em um dos principais instrumentos para enfraquecer o sindicato de luta.

Como norma geral, foi produzida a mais grave crise do emprego da história nacional. O êxito foi tão expressivo que o país terminou passando, no *ranking* mundial do desemprego, do 13º lugar, em 1986, para o 4º lugar, em 1998. Motivado pelo desemprego, o descenso sindical nacional terminou ainda sendo acrescido da derrota imposta pelo governo aos petroleiros, em 1995, assim como Margaret Thatcher fizera na greve dos mineiros, dez anos antes na Inglaterra.

AS FALSAS PREMISSAS SOBRE A QUALIFICAÇÃO

Não obstante o êxito desse projeto, houve, ademais, sinais de



O risco de enquadramento da ação sindical no horizonte do neoliberalismo

aprimoramento, com o enquadramento das ações sindicais no campo das possibilidades abertas pelo próprio horizonte neoliberal. Quanto menor o grau de questionamento acerca dos fatores produtores e reprodutores do desemprego, por exemplo, maiores as oportunidades de acesso sindical aos fartos recursos públicos direcionados à necessária qualificação dos trabalhadores.

Nesses termos, a concepção que se difundiu de qualificação profissional, como resposta eficaz contra o desemprego, foi transformada na aceitação das premissas neoliberais. Isto é, a identificação que a culpa pelo desemprego seria dos próprios trabalhadores – por não disporem de qualificação adequada – e que as saídas do desemprego seriam de ordem individual, dependendo da capacidade de cada um em qualificar-se diante das “novas exigências” do mercado de trabalho.

Mas seria o desemprego e a

exclusão generalizada uma questão de ausência de qualificação? Ainda que cada vez mais necessário, o fortalecimento da educação e da própria qualificação, como princípios basilares da cidadania e da democracia, mostra-se insuficiente diante da gravidade do desemprego por dois motivos principais.

CRISE ECONÔMICA É A CAUSA DO DESEMPREGO

Em primeiro lugar, porque a natureza do desemprego nacional assenta-se sob a maior crise do capitalismo brasileiro. Já são duas décadas de estagnação do produto *per capita*, com expansão econômica nos anos 90 inferior a 2,0%, abaixo da década perdida de 1980. Nessa perspectiva, a economia não anda, apenas empata com a expansão da população.

Em segundo lugar, porque não há perspectivas positivas quanto a capacidade do país voltar a dinamizar suas forças produtivas de forma sustentada no tempo. Há uma armadilha em curso que impede o Brasil de crescer, ainda que necessite, pois não tem capacidade, na atual conjuntura, de dispor de crédito interno, dependendo apenas dos recursos externos, que exigem altas taxas de juros e inviabilizam, assim, uma possível onda de investimentos produtivos.

Sendo o projeto neoliberal solidário com o desemprego, deve-se ter cuidado com as finalidades da qualificação profissional. Se necessária, porém insuficiente, requer, então, ação de qualidade superior por parte do sindicalismo, possivelmente entendendo que esse recurso pode ser uma oportunidade de contato e organização dos segmentos sociais excluídos, já que empregos mesmo eles dificilmente terão.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp/SP.
E-mail: pochmann@eco.unicamp.br



Funcionários da Ford Ipiranga (SP) realizam assembléia na porta da fábrica e decidem entrar em greve

A Ford, a guerra fiscal e os trabalhadores

Na guerra fiscal travada pelos Estados brasileiros, o resultado tem sido amplamente favorável às multinacionais que dominam o setor automotivo

NILTON VASCONCELOS

Esta indústria atravessa uma segunda onda de grandes investimentos no país, todos baseados em significativos incentivos fiscais federais, estaduais e municipais, além de empréstimos do BNDES. Para completar, os Estados participam do capital das empresas e assumem a responsabilidade pelas obras de infra-estrutura. É uma guerra em que os grandes perdedores são os trabalhadores. Somas vultuosas que poderiam ser

destinadas a programas sociais são desviadas para esses projetos.

Ao justificar tais concessões, os governos alegam que o objetivo principal é a criação de empregos. Mas, efetivamente, a elevação dos investimentos no setor automotivo não tem representado sequer a manutenção dos empregos no setor. No início da década de 90, eram produzidos menos de um milhão de veículos por ano, com 135 mil empregados somente nas

montadoras. Em dezembro de 1998, eram apenas 93 mil postos de trabalho para uma produção anual de 1,7 milhão de unidades.

A situação não é diferente no setor de autopeças, que sofreu forte desnacionalização nesta década. Enquanto as montadoras eram protegidas pela elevação das alíquotas de importação, esse setor passou a viver uma situação inversa. Assim, com o aumento das importações, os postos de trabalho estão sendo

Número de empregos no setor automotivo caiu em um terço, enquanto a

criados no exterior, numa demonstração de que as políticas públicas, mesmo quando fomentam o investimento produtivo, não estão centradas na proteção ao emprego.

RECURSOS DESVIADOS PARA O SETOR PRIVADO

No último período, inúmeras montadoras passaram a se instalar no país. A Ford, como outras já implantadas há mais tempo, reavaliou sua posição no mercado. Internacionalmente, possui uma estratégia agressiva, tendo adquirido recentemente a Volvo. No Brasil, entretanto, ela enfrenta dificuldades,

perdendo posições no *ranking* nacional e sendo acusada de praticar a venda de veículos a preços inferiores ao custo, numa manobra denominada de compra de mercado.

Neste quadro, a possível implementação do projeto *Amazon*, na Bahia, se dá em meio a uma radical mudança na direção regional da empresa, dando a impressão de que ainda não está completamente definida a sua estratégia de recuperação do mercado no Cone Sul – um dos mercados que mais

cresceu nos últimos anos, frente à estagnação dos mercados norte-americano e europeu.

A guerra fiscal aqui praticada parece desconsiderar os interesses das potências multinacionais que se beneficiam do “quem dá mais” praticado pelos governos estaduais. Estes apresentam a implantação de uma indústria automotiva como uma espécie de portal de ingresso na modernidade. A possível transferência da nova unidade da Ford para a Bahia é cercada ainda por outras questões igualmente importantes, relativas ao jogo de poder e de influências políticas no Planalto.



anos, a juros de 6% ao ano, em reais, sem indexação. Além disso, todas as obras de infra-estrutura seriam feitas pelo governo estadual, que financeira, ainda, o capital de giro a partir do início de operação.

Condições semelhantes foram negociadas pelos governos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e São Paulo para a instalação da Peugeot, Mercedes, Renault, Audi, Chrysler, Volks, entre outras. À semelhança da disputa entre Argentina e Brasil em torno da atração destas plantas industriais, os Estados brasileiros desenvolveram uma verdadeira guerra de vantagens para as empresas do setor, contando simultaneamente com gordos financiamentos do BNDES.

INCENTIVOS FISCAIS NÃO GARANTEM EMPREGOS

Apesar dos vinte e cinco projetos credenciados para as regiões mais atrasadas industrialmente, apenas um se

Indústria automotiva na Bahia?

A polêmica sobre a instalação da Ford e de um conjunto de empresas satélites na Bahia deve se desenvolver por um bom tempo, reproduzindo a discussão havida dois anos atrás com o anúncio da instalação das montadoras coreanas Asia e Hyundai, além de outros projetos de menor porte.

Aqueles investimentos foram divulgados no bojo de uma política industrial voltada ao estímulo à localização de montadoras e de autopeças no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através da redução e isenção de impostos federais, diminuindo as desvantagens destas regiões em relação ao Centro-Sul. Também a Assembléia Legislativa baiana aprovou leis permitindo que

o Executivo estabelecesse outros benefícios para projetos da indústria de material de transporte.

O conjunto de concessões fiscais foi alvo de inúmeras críticas pela falta de referenciais quanto ao retorno a ser obtido pela sociedade em termos de empregos, renda e dinamização da economia em geral. Faltavam detalhes sobre os compromissos assumidos pelo governo estadual.

No mesmo período, em função de determinação judicial, o governo do Rio Grande do Sul revelou as condições da operação gaúcha para atrair a GM. O Estado assumiria o investimento de toda a instalação física da fábrica, com recursos a serem pagos a partir de 2002, em 10

No passado, a Bahia recebeu incentivos fiscais, o que não garantiu a

produção de veículos quase dobrou entre 90/98

De modo geral, aquilo que deveria ser o aspecto mais criticado – a guerra fiscal que promove fantásticas transferências de recursos públicos para o setor privado – tem sido vista como uma fatalidade. É justificado do ponto de vista de cada Estado como uma resposta à prática disseminada em todas as unidades da Federação.

No que se refere ao emprego, o problema é mais grave. É preciso ter claro de que este mal de fim de século não será resolvido com a construção de fábricas se continuar prevalecendo a estratégia de aumento de produtividade via corte de postos de trabalho. São Paulo é o Estado

mais industrializado do país e nem por isso deixa de estar entre aqueles mais atingidos pelo desemprego.

A luta de resistência dos trabalhadores é de fundamental importância. A experiência mundial deve ser analisada. Há dois anos, os metalúrgicos da Europa, tendo à frente os belgas e os franceses, protestaram contra o fechamento da fábrica da Renault na Bélgica. A mobilização, que envolveu vários países, forçou a alteração dos planos iniciais, com concessões aos trabalhadores. Guardadas as proporções, em nosso país deve-se procurar um veio próprio de luta, evitando manipulações da elite que

viabilizou – uma pequena fábrica de camionetas da Mitsubichi em Goiás. Todos os outros, inclusive seis projetos baianos, naufragaram!

Desta vez, o projeto da Ford traz outros ingredientes igualmente explosivos. Quando os grandes investimentos automotivos no Brasil já pareciam definidos, o governo gaúcho resolveu questionar o que considerou como concessões excessivas feitas pela gestão anterior à GM e à Ford. De imediato, vários Estados fizeram propostas àquelas empresas, aceitando as mesmas condições ou superando as vantagens. Um recuo gaúcho possibilitou confirmar a unidade da GM já em processo adiantado de implantação, mas não logrou a manutenção da segunda montadora.

A instalação da empresa na Bahia somente seria viabilizada com financiamento pelo BNDES em condições favoráveis e com a manutenção de outras vantagens que, na prática, mantivessem a renúncia fiscal existente no Regime

Automotivo Especial, cujo prazo de adesão se encerrara. A guerra entre Estados é transformada, então, em disputa entre regiões, tendo como pivô o tratamento despendido pelo governo federal aos pleitos do governo baiano. Enquanto isto, continuam desconhecidas as bases do acordo negociado com a multinacional norte-americana.

No passado, a Bahia já havia sediado empresas do setor de equipamentos de transportes com base em incentivos fiscais da Sudene. Esses investimentos não foram capazes, no entanto, de iniciar a formação de um pólo automobilístico no Estado, sendo descontinuados. Desde então, legitimou-se a preocupação, quando da concessão de benefícios da mesma natureza, com a capacidade de manutenção do parque fabril após a vigência das isenções e reduções de tributos.

Outro aspecto relevante é o da geração de empregos. Para justificar as vantagens à multinacional e o



Protesto dos operários do ABC, sempre sob ameaças

quer apresentar os seus próprios interesses como se fossem de toda a sociedade.

tratamento diferenciado dado às empresas locais e aos pequenos empreendimentos, o governo acena com a geração de vagas. Seriam criados 5 mil empregos diretos e 50 mil indiretos, representando uma relação de 50 veículos/empregado/ano. A indústria nacional apresentou uma relação de 17,7 veículos/empregado, em 98. Apesar de algumas montadoras alcançarem índices maiores, nenhuma delas atingiu a marca pretendida pelo projeto Ford *Amazon*. Estes números apontam para a contínua redução do número de ocupados no setor automobilístico.

Num quadro de crescimento do desemprego, os trabalhadores correm o risco de entrar na disputa pela localização dos investimentos sem levar em conta os princípios de solidariedade, assumindo posição de coadjuvante dos interesses do capital. Como se observa, o debate envolve questões complexas e deverá se estender por muito tempo.

formação de um pólo automobilístico no Estado

Nilton Vasconcelos integra a seção baiana do Instituto Maurício Grabóis (IMG) e é membro do Conselho Editorial da *Debate Sindical*

O gigante sobre rodas

Folha Imagem/Toni Frres



A greve dos caminhoneiros e as constantes paralisações dos ônibus em São Paulo mostram a força dos trabalhadores em transportes

OSVALDO BERTOLINO

A greve dos caminhoneiros, que quase paralisou o país, contou com a simpatia da população e desgastou o governo FHC

Na última semana de julho, a maioria da frota de caminhões que movimentava o transporte de carga no Brasil e emprega mais de 3,5 milhões de trabalhadores levou a economia do país quase ao colapso total. Além de chamar a atenção para os problemas específicos da categoria, a greve dos caminhoneiros lançou luz alta na crise do setor de transporte que, por sua abrangência, é multiplicadora de consequências sociais negativas.

O poder do movimento despertou dois tipos de reação no governo. Num primeiro momento, cogitou-se a reedição da repressão que levou o Exército a ocupar as refinarias durante a greve dos petroleiros em 95. Depois, o governo cedeu e optou por sentar-se à mesa de negociações e entregar os anéis. Muitas reivindicações inatingíveis por outros meios estão sendo atendidas – como redução de pedágios, criação de tarifa de fretes e suspensão de aumento do óleo diesel.

Para desqualificar a atitude de rebeldia dos caminhoneiros, a lengalenga do governo de que as empresas transportadoras eram as responsáveis pela logística do movimento – o que, na versão oficial, caracterizaria um locaute e reforçaria a legitimidade do uso das Forças Armadas – foi prontamente assumida pelo noticiário. Tudo em vão. Para onde se olhava no mapa do país havia simpatia popular ao movimento. A pesquisa CNT-Vox Populi, que registrou 59% de rejeição popular ao governo FHC, apontou 68% de aprovação à greve. Por meio desse apoio, a população se sentiu partícipe dos protestos contra o descalabro que vai se ampliando aceleradamente no país.

O sucesso da paralisação reforçou a tendência de crescimento da pressão popular sobre o governo

FHC e chamou a atenção para os efeitos da política neoliberal no setor de transporte. Num país em que 63% do transporte de cargas são feitos por caminhões, segundo dados da Geipot (empresa brasileira de transportes ligada ao Ministério dos Transportes) – a situação das estradas se reflete automaticamente em toda a economia.

PRIVATIZAÇÃO REFORÇA CAOS NOS TRANSPORTES

Para responder às pressões por melhorias nas rodovias, o governo pegou um atalho tortuoso: a privatização. Orientado pela crença no “livre mercado”, concedeu o direito de exploração das principais estradas à iniciativa privada e não se preocupou com a farra das tarifas. O exemplo mais evidente dessa irresponsabilidade é a concessão da Via Dutra, o maior corredor viário brasileiro e por isso palco do principal foco da greve, ao consórcio NovaDutra, administrado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Pela Via Dutra, chegam e partem diariamente de São Paulo 118 mil toneladas de carga e circulam 24 mil caminhões. Um veículo de cinco eixos que cruza os guichês dos pedágios nos seus 400 quilômetros paga 43 dólares. Se fosse nos EUA, na mesma distância, o valor seria de 25 dólares – na

Argentina, 7 dólares.

Além do choque no bolso, os caminhoneiros são vítimas de outra irresponsabilidade dessa política de privatização das estradas. A meta do governo era atrair parceiros estrangeiros para os investimentos que os grupos brasileiros não tinham cacife para bancar. As sucessivas crises no mercado financeiro, que resultaram no esfarinhamento da âncora cambial em janeiro deste ano, afastaram definitivamente essa possibilidade. Resultado: grande parte da malha rodoviária está uma peneira – praticamente sem condições de tráfego – e, por essa política, assim continuará.

O modesto rendimento do caminhoneiro é devorado pelo preço dos pedágios e pelas constantes avarias no veículo. Os sucessivos reajustes no preço do óleo diesel, que de janeiro a junho deste ano subiu 37%, as altas multas e os frequentes roubos de carga completam a base da revolta dos caminhoneiros.

“Combinaram-se os aumentos de pedágios e de gasolina sem o correspondente no frete, além da insegurança e das péssimas condições das estradas”, diz o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, em entrevista à revista *Época*.

O sucesso da greve, contudo, não quer dizer que as condições que geraram a revolta foram superadas e que novas paralisações estão descartadas – como declara repetidas vezes um dos líderes sindicais da categoria, o controvertido Nélcio Botelho. O movimento chacoalhou o país e freiou temporariamente a política desgovernada que rege a relação Estado/concessionárias, mas as causas das principais reivindicações dos caminhoneiros continuam intocadas. Para uma economia totalmente dependente do transporte rodoviário, essa situação autoriza

Os condutores da capital paulista realizaram 73 protestos neste ano

uma previsão realista de breves e sucessivas refregas – como as que ocorrem com os ônibus em São Paulo.

PAPEL ESTRATÉGICO DOS CONDUTORES DE ÔNIBUS

As causas das constantes paralisações de motoristas e cobradores na capital paulista são semelhantes às dos caminhoneiros. Até o momento, já ocorreram 73 manifestações da categoria somente neste ano. Numa delas, um mar de ônibus cercou o Palácio das Indústrias (sede da prefeitura) para protestar contra o corte ilegal do tíquete-refeição, um direito garantido no acordo coletivo. Assim como no caso dos caminhoneiros, descaso, irresponsabilidade e relações promíscuas do poder público com grupos privados resultaram em caos na cidade, verdadeiro martírio para a categoria e a população.

Os ônibus que se arrastam num trânsito congestionado por uma frota de quase 5 milhões de veículos transportam cada vez menos passageiros e cada vez mais problemas. O preço elevado das tarifas, a facilidade para assaltos, a proliferação do transporte alternativo e a redução da mobilidade da população – principalmente pelo desemprego – levam as empresas a reduzir a oferta de ônibus, resultando em corte de funcionários e benefícios, atraso de pagamentos e causando revolta na categoria e na população. Cria-se, assim, um círculo vicioso, no qual aparentemente não há saída – um efeito gerando outros.

O problema do transporte na capital paulista tem quase a mesma idade da cidade. São Paulo se expandiu entre dois rios, o Tietê e o Pinheiros, em torno dos quais se construíram grandes vias. A predominância do transporte viário sobre o ferroviário, no mais recente

ciclo industrial fortemente ligado aos complexos automobilísticos internacionais, também impôs restrição à mobilidade por ônibus. Estudos mais aprofundados visando um sistema de rede de transporte na cidade só aconteceram em 1939. Em 1947, a prefeitura criou a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), empresa pública responsável por todo o transporte coletivo da cidade.



Maurício Morais

A força dos transportes

Os anos de 95/96 ficaram marcados por grandes manifestações dos trabalhadores em transporte. Duas greves na França, nesse período, contaram com a participação decisiva dos caminhoneiros. Na paralisação de 1996, dois enormes caminhões vermelhos franceses bloquearam as balsas do Canal da Mancha, a principal ligação da Inglaterra com o continente europeu, e obrigaram os caminhoneiros ingleses a cruzar os braços. A greve na França atingiu até os caminhoneiros da Espanha e Portugal. Também em 1996, a Dinamarca foi palco de uma paralisação por quatro dias. No mesmo ano, uma greve nacional na Grécia teve participação decisiva do setor de transporte. Na Argentina, nesses dois anos as greves que sacudiram o país contaram com o peso da paralisação do transporte. Ainda em 1996, 3.500 caminhoneiros do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile paralisaram suas atividades nas fronteiras do Mercosul.

A criação da CMTC levou à desapropriação e incorporação de inúmeras empresas particulares. Desde então, o setor ganhou uma certa racionalidade e, embora em escala reduzida, acompanhou o desenvolvimento da metrópole. A gestão do prefeito Paulo Maluf liquidou a CMTC e o caos no transporte público retornou num patamar superior. Hoje, praticamente abandonado, ele perde cada vez mais espaço para o transporte alternativo. A migração de passageiros para as peruas, que até combinam o preço e o percurso com o motorista, é outro fator de crise no setor. Essas aparentes comodidades encobrem os riscos de se viajar num veículo irregular e perigoso. O desemprego crescente e a rentabilidade são fatores que impulsionam o transporte alternativo. É um mercado florescente também para empresas importadoras e montadoras de peruas. De 1994 para cá, foram vendidos mais de 100 mil veículos utilitários para o transporte de passageiros.

Poucas são as atividades humanas que não exigem alguma forma de transporte para a sua realização. O aumento dos insumos, a crise macroeconômica e a política de privatização indicam que os transportes serão responsáveis por grandes mobilizações. O seu papel estratégico e a facilidade de conquistar simpatia popular impõem ao movimento sindical a tarefa de se preparar e olhar cada vez com mais atenção para a evolução da crise no setor. A greve dos caminhoneiros e as constantes paralisações dos condutores são, por assim dizer, uma espécie de preâmbulo das lutas que virão.

Oswaldo Bertolino é diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Frente às mutações no mundo do trabalho e à ofensiva neoliberal, um debate ganha força entre as lideranças sindicais: qual deve ser a forma de organização dos sindicatos no Brasil? No âmbito da CUT, por exemplo, os metalúrgicos já deram alguns passos no rumo da construção do "sindicato nacional". Mas o tema é polêmico, tendo gerado controvérsias na última plenária da central, em agosto. Para aprofundar essa reflexão, a *Debate Sindical* solicitou artigos a três lideranças cutistas que possuem opiniões diferenciadas sobre o tema.

Como deve ser a organização sindical no Brasil?



HEIGUIBERTO GUIBA NAVARRO



Azerby

O empresariado do ramo metalúrgico está cada vez mais inserido na lógica da globalização e, se os trabalhadores não tiverem maior unidade, dificilmente avançarão nas suas conquistas

Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro é presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), vice-presidente da Fitim e integrante da Articulação Sindical

O sindicato nacional é

É preciso romper com a estrutura sindical de

A resposta à questão que intitula este artigo vai no melhor estilo *curto e grosso*: sim. O sindicato nacional é hoje o caminho para a categoria metalúrgica no Brasil. Os sindicatos de metalúrgicos foram o primeiro ramo de atividade econômica a construir a sua confederação nacional dentro da estrutura da CUT. Isso se deu porque, na categoria metalúrgica, a grande maioria dos dirigentes havia se convencido de que precisava urgentemente avançar na construção de um modelo de organização sindical unificado dentro de uma estrutura unitária que tivesse como objetivo organizar e representar os trabalhadores como classe.

Decorridos alguns anos após a criação pioneira da confederação, as justificativas para a resposta acima fornecida de forma tão taxativa são igualmente incisivas. A disparidade de direitos existente nos quatro cantos do país é um bom exemplo. Não é novidade para ninguém que os trabalhadores da região Sudeste têm, em geral, melhores salários. Mas é singular que, na nossa categoria, que tantas lutas tem travado em todo o país, colaborando inclusive para o retorno ao Estado democrático, os maiores salários estejam concentrados apenas numa região.

É nessa direção, entre outros exemplos que poderiam ser citados, que queremos avançar e colocar os metalúrgicos da CUT em todo o país como uma organização capaz de representar e organizar nacionalmente o conjunto dos trabalhadores como classe. Isto exigirá uma outra estrutura, capaz de responder a todas as diferenças existentes no interior da classe trabalhadora brasileira, sejam elas

culturais, sociais, econômicas ou geográficas, além dos novos problemas e desafios impostos pelo processo de reestruturação produtiva em curso neste final de século.

RESPOSTA AO PATRONATO E AO GOVERNO FHC

Não se pode esquecer também que, quando falamos em avançar na organização sindical, pensamos principalmente em medir forças com o patronato como um todo, não se tratando apenas de discutir a pauta com esta ou aquela empresa ou com este ou aquele patrão isoladamente. O ramo metalúrgico no Brasil e o empresariado estão cada vez mais inseridos na lógica da globalização, já possuem a sua organização nacional e internacional; e cada vez se unem mais.

São empresas e entidades sem fronteiras regionais, onde se fala a mesma língua e onde se apresenta sempre a mesma resposta aos trabalhadores que, se não tiverem a mesma unidade e coesão, dificilmente vão conseguir preservar o que possuem e conquistar o que reivindicam.

Com a criação do sindicato nacional também a voz dos trabalhadores no "chão da fábrica" poderá soar como se fosse única, para que possam ter vez. Teremos, como prevê a proposta, a formação dos Comitês Sindicais de Empresa (CSE). O sindicato não estará apenas na porta da fábrica, convocando os trabalhadores com boletins ou carros de som, mas sim dentro dela, cada vez mais próximo e ciente da realidade do trabalhador em cada empresa, de cada setor.

De outra forma, se isso não

o melhor caminho?

inspiração fascista implantada por Getúlio Vargas

ocorrer e tivermos de nos submeter à atual política do governo FHC, teremos como realidade um empresariado extremamente forte, globalizado, enfrentando com facilidade um sindicalismo cada vez mais frágil, capenga e disperso. Afinal, todos sabem que, desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ele tem tentado arrebentar com a organização dos trabalhadores e ferir de morte os sindicatos, em especial aqueles ligados à CUT, que não aceitam a estabilidade da moeda em troca do aumento estrondoso do desemprego e da ausência de política salarial.

A maneira truculenta e ofensiva com que o governo tratou os petroleiros em greve, logo depois de assumir seu primeiro mandato, colocando o Exército nas refinarias, e as ações que vieram em seqüência – como as mudanças na Previdência e as medidas de “flexibilização” das relações de trabalho ou de “precarização” do contrato de trabalho, retirando direitos sociais básicos do trabalhador conquistados através de lutas memoráveis – são exemplos claros das dificuldades impostas ao movimento sindical pela política neoliberal.

OUTRA GRANDE META É O CONTRATO COLETIVO

Com o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da CUT todos os trabalhadores metalúrgicos desse país poderão ter direitos iguais, ou, no mínimo, condições de igualdade para lutar por eles, porque o seu principal objetivo é o de viabilizar a contratação coletiva do trabalho. Nossas negociações não se limitarão a contratos por fábrica ou região,

ganhando em uma e perdendo em outra, mas sim poderão estar garantidas para todos aqueles filiados ao sindicato nacional cutista.

Assim como a organização dentro das empresas, o contrato coletivo é a grande conquista que poderá ser implementada com uma entidade verdadeiramente nacional e forte, que, a partir da organização nas empresas, se estenderá regionalmente por intermédio dos Sindicatos Regionais de Base (SRB) e, nos Estados, pelos Sindicatos Estaduais e/ou Interestaduais.

Sua representatividade possibilitará ainda extrapolar as fronteiras brasileiras e chegar com mais consistência às instâncias internacionais de discussão, como é o caso do Mercosul. Repercutirá, também, na relação com países de outros continentes, onde se encontram as matrizes das principais multinacionais, e nos acordos de cooperação e solidariedade do movimento sindical internacional.

A LUTA CONTRA A ESTRUTURA GETULISTA

Finalmente, desejo acentuar que o sindicato nacional resgata e nos remete à motivação e vontade política daqueles que há 16 anos tiveram a ousadia de criar a CUT, sem pedir “autorização” à legislação de inspiração fascista e ditatorial vigente. O modelo de organização sindical oficial, ao qual estamos submetidos, tem sua estrutura de organização centrada na unicidade, uma das principais razões da pulverização das entidades sindicais e fonte de alimentação do corporativismo natural existente em qualquer organização de classe. Ele

impede a organização dos trabalhadores como classe, restringindo a luta sindical ao campo estritamente econômico e interferindo de forma prejudicial na formação da consciência política dos trabalhadores com vistas à construção de uma sociedade igualitária.

As razões da divisão dos trabalhadores, a sua conseqüente fragilidade para enfrentar o capital e o neoliberalismo, não estão apenas na ação do governo ou das classes dominantes, mas também na assimilação dos valores e cultura da estrutura sindical fascista implantada por Vargas em décadas passadas e no monopólio da sua representação. Além disso, há as facilidades que a contribuição obrigatória dos trabalhadores traz para a receita das entidades que os representam e o poder normativo da Justiça do Trabalho, que retira o conflito entre capital e trabalho dos locais onde ocorre.

Convencido de que essa estrutura precisa mudar e de que não podemos retroceder e nem ficar a reboque das mudanças propostas pelo governo através da PEC, abrindo mão de um dos princípios fundamentais que propiciou a criação da CUT – e de que os metalúrgicos cutistas não podem se omitir a repensar as suas estratégias sindicais e organizativas – é que, com a responsabilidade de presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), reafirmo o compromisso que me foi delegado pelo 4º Congresso em fazer com que o Congresso Extraordinário, a ser realizado em março de 2000, garanta que os metalúrgicos mais uma vez confirmem a sua posição de vanguarda do movimento sindical, escrevendo uma nova página na história do sindicalismo brasileiro com a aprovação do estatuto do primeiro Sindicato Nacional dos Metalúrgicos no Brasil.

ANTONIO BALBINO

Uma forma adequada

A Organização por Local de Trabalho (OLT) será

Um relevante problema que se apresenta hoje ao movimento sindical relaciona-se à busca de uma forma de organização adequada ao enfrentamento do neoliberalismo. Neste debate, três questões são decisivas. Por um lado, devemos nos perguntar se o modelo atual atende às necessidades dos trabalhadores, se contribui para o avanço da luta contra o capital. Por outro, é preciso analisar a atual correlação de forças e as investidas do patronato e do governo contra a organização sindical. Por último, cabe também avaliar as propostas de mudanças que surgem em nosso próprio meio.

Creio que o modelo sindical vigente no país já não dá conta das nossas necessidades. As profundas mudanças nas empresas (com as inovações tecnológicas e os novos métodos de gerenciamento) e a brutal ofensiva neoliberal (que destrutura o trabalho via desemprego e flexibilização de direitos) têm dificultado a vida dos sindicatos. Muitas entidades perdem associados, representatividade e capacidade de resistência. A pulverização sindical e o frágil enraizamento nos locais de trabalho são problemas crônicos que se agravam. Não enxergar essa nova realidade é cair na miopia política.

Diante desse quadro, é preciso ousar na busca de saídas. O espírito rotineiro seria fatal. Há consenso entre as várias tendências cutistas, a partir da Corrente Sindical Classista (CSC), que várias medidas podem e devem ser tomadas para superar essa crise. Algumas delas inclusive nos marcos da estrutura sindical em vigor. A fusão de sindicatos menores, a organização por ramo de produção/atividade, a montagem de

redes solidárias entre as entidades são alguns dos passos que ajudariam a encarar as atuais dificuldades do sindicalismo.

FHC QUER DESESTRUTURAR E FRAGMENTAR OS SINDICATOS

Um segundo aspecto diz respeito à correlação de forças – tema que alguns companheiros insistem em subestimar. É evidente que ainda atuamos num quadro adverso à luta dos trabalhadores, acudados principalmente pela onda de desemprego. O governo FHC não desiste da sua intenção de destruir os sindicatos. Desde a greve dos petroleiros, em 95, quando agiu com mão-de-ferro, ele tenta eliminar por completo qualquer resistência à aplicação do projeto neoliberal no país. FHC já tomou inúmeras iniciativas para destruturar os sindicatos, pulverizando-os em organismos frágeis e dóceis.

A mais recente foi a PEC-623. Ela elimina de uma vez só a unicidade sindical; a representação de categoria; a base territorial mínima; as contribuições financeiras; e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Visa incentivar o plurisindicalismo, com a criação do sindicato por empresa, e dificultar o acesso à Justiça. Além da PEC, tramitam hoje no parlamento outros 90 projetos de interesse dos trabalhadores. Destes, 60 são de iniciativa do governo FHC ou de partidos governistas e 23 tratam da organização sindical, inclusive o que propõe a ratificação da Convenção 87 da OIT.

Além da brutal ofensiva do governo, e incentivado por ela, o patronato também procura interferir

A partir da análise da atual correlação de forças no país, é preciso avaliar, com espírito crítico, se a organização sindical vigente serve aos interesses dos trabalhadores

Antonio Balbino é vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e integrante da Corrente Sindical Classista (CSC)

de combate ao capital

o alicerce do sindicalismo dos novos tempos

mais diretamente nessa questão. Recentemente, um documento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) esboçou a essência desse pensamento. Ele trata de três temas: “flexibilização de direitos, Justiça do Trabalho e organização sindical”. E diz: “A CNI fez várias sondagens entre as federações das indústrias nesse campo. Da parte dos empresários, a vontade de mudar é imensa. Todos desejam um sistema que contemple *mais negociações e menos legislação*” – que é o novo mote do patronato.

Como se observa, há uma grande movimentação do governo e do patronato para alterar as relações de trabalho e a organização sindical no país. O objetivo é enfraquecer os sindicatos para facilitar o processo de flexibilização dos direitos trabalhistas. E essa onda vem embalada no falso discurso da “livre negociação” e da “liberdade sindical”. Diante disso, o sindicalismo deve ficar atento. Não pode fazer o jogo do inimigo – o que equivaleria a condenar os cristãos a negociarem com os leões famintos nas arenas de Roma! A questão central hoje é derrotar FHC para alterar a correlação de forças no país. A centralidade deve ser da política e não das questões organizativas!

Por último, quanto às propostas de mudanças surgidas em nosso próprio meio, é preciso dizer que algumas delas realmente não inspiram confiança. Na própria discussão na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), há pouco espírito democrático e de tolerância com as forças que atuam no seu interior. Manifesta-se sempre uma perigosa tendência centralizadora e cupulista. O receio

maior é que o chamado “sindicato nacional”, defendido pela Articulação, funcione como as atuais federações e confederações, sem democracia interna e transparência administrativa.

A CSC E O SINDICATO NACIONAL DOS METALÚRGICOS

Com base nas preocupações apontadas acima, os metalúrgicos classistas se reuniram em plenária, em junho, para analisar a proposta do “sindicato nacional”. O seminário tirou um *indicativo* deste ramo, já que a CSC somente vai deliberar sobre este tema no seu congresso do final do ano. Como resolução, aprovou-se o sindicato nacional dos metalúrgicos com características organizacionais mistas, sendo unitário na sua base e plural nas suas instâncias. Diferente da proposta da Articulação, essa forma de organização nacional teria como base a unicidade sindical – rejeitando a fragmentação que os neoliberais tentam nos impor. Ela teria, entre outras, as seguintes características:

1- Sindicato nacional. Competência e responsabilidade de negociar o contrato nacional, que será articulado, emanado e aprovado soberana e democraticamente pelas assembleias dos sindicatos regionais e que não poderá renunciar aos direitos adquiridos. Será vinculada à central nos moldes que já existem hoje (confederações de bancários, metalúrgicos, etc.) e a composição da sua diretoria deve ser definida em congresso nacional, através da proporcionalidade direta;

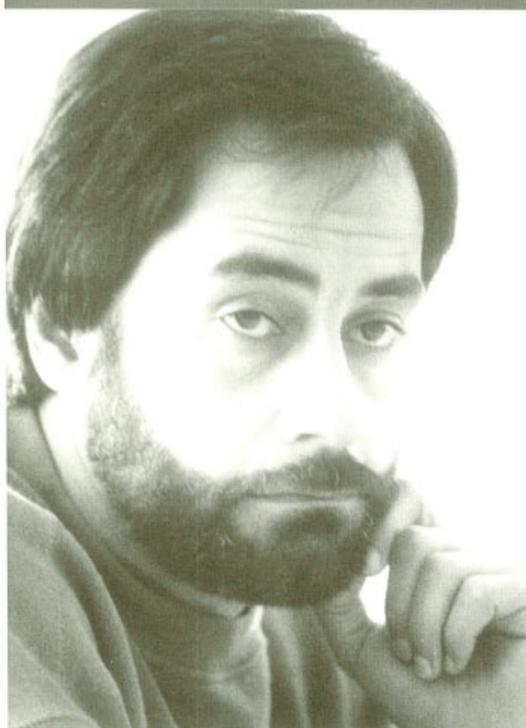
2- Sindicato estadual. Nasce em

substituição às atuais federações, que na maioria já são orgânicas (com exceção de MG e RS). Terá competência de negociar termos aditivos, sempre em patamares superiores, ao contrato nacional, relativos às questões que digam respeito ao Estado (ou região). Sua direção será eleita em congresso estadual, respeitando-se o critério de proporcionalidade.

3- Sindicato inter-regional. Terá a base mínima de um município, mas poderá se unir com outros sindicatos regionais e, onde for possível, formar uma só entidade. Independente da existência do sindicato estadual, poderá compreender toda a categoria de um Estado, mas manterá o caráter de filiação à CUT – garantindo a autonomia e a soberania da entidade. Terá competência para negociar acordos regionais, visando a melhoria das cláusulas previstas nos contratos estadual e nacional, mediante aprovação da assembleia. A eleição da direção dar-se-á através de prévia proporcional no âmbito da central, quando houver chapas de outras centrais; ou da proporcionalidade direta, quando concorrerem apenas chapas cutistas.

4- Comissão Sindical de Empresa (CSE). A principal preocupação deve ser com a Organização por Local de Trabalho. A OLT será o sensor e o alicerce do sindicalismo dos novos tempos. Nossa proposta é que as eleições da CSE sejam universais, garantido que todos os trabalhadores da base votem nos representantes do local de trabalho – inclusive os terceirizados e os subcontratados. Todavia, para motivar a sindicalização, somente os associados poderão concorrer. Essas comissões terão a competência das negociações restritas ao nível da unidade de trabalho e nenhum dos aditivos contratuais poderá ser inferior aos acordos das instâncias superiores.

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA



R. Perotti

O modelo de organização defendido pela Articulação centraliza as decisões na cúpula, serve à parceria com o patronato e enfraquece a luta dos trabalhadores brasileiros

José Maria de Almeida é membro da executiva da CUT e da coordenação nacional do Movimento Tendência Socialista (MTS)

Organização nacional,

A resistência à reestruturação neoliberal exige ação

O recente episódio envolvendo a transferência da fábrica da Ford, que seria construída no Rio Grande do Sul, para a Bahia, foi só mais um lance da agressiva e predatória política de redução de custos das empresas, com a cumplicidade criminosa do governo federal e de governos estaduais e com grandes prejuízos para os trabalhadores. Ato contínuo ao anúncio da sua instalação na Bahia, a Ford ameaçou fechar a sua unidade em São Paulo (mais de 1.500 demissões), sem contar o prejuízo causado a toda a população pela renúncia fiscal.

As empresas têm utilizado cada vez mais o artifício de ameaçar os trabalhadores com demissões e fechamentos de fábricas para impor a redução de salários e obrigar a aceitação da flexibilização de direitos (banco de horas e outros bichos). A resistência contra essa política exige uma ação coordenada nacionalmente e, inclusive, internacionalmente. Colocar os sindicatos em condições de dar conta desse desafio nos remete, *também*, ao debate sobre as mudanças necessárias em nossa organização. Os empecilhos que já tínhamos em nossa estrutura acabam sendo potencializados nesta nova situação.

PARCERIA E CONCILIAÇÃO: CAMINHO DA DERROTA

O “também” do parágrafo anterior não é casual, pois é importante ver que há dois problemas básicos que precisam ser enfrentados: há o problema de organização, mas não é só isso. Há também o problema da política, da estratégia com que enfrentamos a política patronal. A Confederação

Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT, além de estar se transformando num grande centro promotor de cursos de qualificação profissional e de convênios, não tem armado os nossos sindicatos com uma política justa frente ao problema que enfrentamos.

A Articulação Sindical, corrente majoritária na CNM, vem transformando os sindicatos que dirige em parceiros das empresas na implantação dessa reestruturação neoliberal. A face mais visível dessa estratégia é a defesa que tem feito da flexibilização (banco de horas), dos acordos de redução de salários (o último assinado na Volks do ABC). A campanha do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em defesa da renúncia fiscal a favor das empresas (diga-se de passagem das mais ricas do mundo, como as montadoras de veículos), é mais uma triste expressão da estratégia de parceria que tem norteado a sua política.

Com uma política como essa, não tem mudança na estrutura que resolva. É preciso, portanto, partir dessa referência para discutirmos as propostas de construção de uma organização nacional dos metalúrgicos da CUT. Será uma organização para lutar contra a política das empresas? Ou será uma organização para fazer parceria com elas?

CENTRALIZAÇÃO PELA CÚPULA ENFRAQUECE O MOVIMENTO

O modelo apresentado pela Articulação Sindical rompe com um princípio básico da constituição da CUT: a soberania da base nas decisões. O chamado modelo orgânico centraliza na cúpula a tomada de decisões.

de luta e democrática

coordenada que preserve a soberania na base

É possível e desejável a convivência entre opiniões políticas diversas dentro de uma mesma organização. É o único caminho para a unidade, pois a diversidade política é a expressão da realidade que temos no nosso movimento. Mas essa convivência torna-se impossível se uma parte tenta impor à outra a sua opinião, travestida na idéia de que a minoria tem de acatar a posição da maioria. Pelo modelo que os companheiros apresentam, as decisões políticas da direção ou de um congresso da organização nacional teriam que ser simplesmente acatadas por todas as estruturas dessa organização. Se esse critério vigorasse hoje, os sindicatos de Minas Gerais teriam que aceitar e assinar os acordos de banco de horas, mesmo contra a vontade de sua base.

Isso rompe com todas as tradições do sindicalismo cutista e agride frontalmente um de seus princípios básicos: a soberania da base, que se expressa na relação de filiação que os sindicatos têm com a central. Nós não aceitamos que esse princípio seja colocado a voto no congresso da CNM. Esse é o conteúdo básico do manifesto assinado por mais de trinta sindicatos e pela Federação Democrática, de Minas Gerais, tornado público recentemente.

A NOSSA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO NACIONAL

As linhas gerais da proposta que apresentamos para debate são a da construção de uma entidade nacional dos metalúrgicos da CUT, de luta democrática e que preserve a soberania da decisão dos trabalhadores na base. Não há ainda posição definitiva sobre a forma que deveria tomar essa

organização, mas nos inclinamos para uma federação nacional. Essa forma preservaria a relação de filiados que os sindicatos de base têm com a organização nacional, evitando qualquer questionamento à soberania de suas decisões.

Esta organização nacional dos metalúrgicos teria como tarefa essencial unificar a luta do nosso setor em todo o país. Dar um salto adiante (se comparamos com a atuação da nossa CNM) em termos de respostas sindicais para a nossa categoria, e impulsionar uma maior ação política dos nossos sindicatos frente à conjuntura do país. Para isso será preciso uma relação mais estreita com os sindicatos do que a que existe com a confederação.

Outra questão importante é definir o papel negocial dessa organização nacional. Somos a favor de uma negociação e contratação nacional com as empresas – sempre e quando elas forem reflexo direto da ação organizada e da mobilização da nossa categoria. O problema essencial aqui é definir o processo decisório de tudo isso.

Em nossa opinião, deve caber às assembleias de base as decisões, desde a aprovação da pauta de reivindicações e formas de luta, até sobre a aceitação e assinatura de um acordo, ou não. Isso significa dizer que um acordo nacional só tem validade para as bases que o aprovarem. Ou seja, só poderá ser assinado um acordo para uma determinada região mediante autorização expressa do sindicato de base.

A estrutura e o funcionamento da organização nacional deve ser pautada em princípios democráticos, como, por exemplo, a composição representativa de seus órgãos

decisórios (congressos) e a proporcionalidade direta e qualificada na composição de seus órgãos dirigentes.

SINDICATO DE BASE UNITÁRIO E ORGANIZADO NAS FÁBRICAS

Essa discussão, por outro lado, não poderá estar desvinculada das mudanças que devemos fazer, e já, nos sindicatos de base. Mudanças no sentido de fortalecê-los como organismos unitários (estamos entre aqueles que são contrários a uma fragmentação dos sindicatos para que cada central tenha o seu), democráticos e estruturados dentro das empresas, para melhor dar conta das tarefas e das lutas dos trabalhadores.

Isso se traduz em políticas concretas sobre as quais, na maioria dos casos, há acordo em nossa central: prioridade para a organização dentro das fábricas; unificação dos sindicatos em entidades regionais ou mesmo estaduais, em alguns casos; democratização do seu funcionamento (com a implantação da proporcionalidade, por exemplo); saneamento e racionalização financeira, etc.

Por essa razão, ao condenar o modelo de estrutura defendido pela Articulação e apresentar a nossa alternativa, continuamos insistindo no chamado que já fizemos reiteradas vezes ao setor majoritário da nossa confederação. Vamos fazer o debate sobre a forma da estrutura do sindicato/federação nacional em outro patamar, com os cuidados que um tema dessa envergadura exige e com respeito às diversas experiências e opiniões existentes. E vamos somar nossas forças para intensificar ao máximo a nossa ação para implantar as políticas de fortalecimento da nossa organização sindical, sobre as quais já temos acordo: organização de base, unificação de sindicatos e democratização de sua estrutura.

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

A força e as limitações da imprensa sindical

O socialista inglês G.D.H Cole nos informa que o primeiro jornal sindical publicado no mundo foi ‘*A Górgona*’, semanário editado em Londres de 1818 a 1819.

Não sei qual tenha sido o primeiro jornal publicado pelo sindicalismo brasileiro. Mas, para todos os efeitos, considero como o marco inicial o ‘*Jornal dos Tipógrafos*’, editado no Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1858 pelos operários gráficos, em greve desde a véspera. A paralisação interrompeu a impressão e a circulação dos grandes jornais da Corte e o nosso primeiro jornal sindical, além de divulgar as reivindicações dos trabalhadores, supriu a necessidade geral de notícias da sociedade. O ‘*Jornal dos Tipógrafos*’ continuou a circular mesmo depois do fim vitorioso da greve. Foi um marco histórico.

ELEMENTO MARCANTE DO SINDICALISMO BRASILEIRO

De lá para cá, muito suor, muito sangue e muita tinta rolaram na prática do sindicalismo brasileiro. A imprensa sindical (e sua comunicação, em geral), em todo essa trajetória, constituiu-se num traço marcante da história e é, hoje, um dos elementos característicos do sindicalismo brasileiro.

Calcula-se que o conjunto das publicações sindicais atinge, em tiragem e circulação, 10% dos grandes jornais no país. Há entidades que, inclusive, contam com veículos diários de comunicação. Algumas



Comunicação intracategoria avançou, mas o sindicalismo ainda não consegue falar com a sociedade

revistas de circulação periódica também atendem às necessidades de formação e cultura dos trabalhadores – a nossa *Debate Sindical* é uma das melhores. No rádio, a impressionante experiência da Contag, premiada recentemente, confirma uma presença significativa. Somente a televisão (veículo estratégico nas comunicações contemporâneas) continua blindada, apesar de algumas experiências incipientes em canais comunitários.

Nos últimos vinte anos, a rubrica orçamentária dos sindicatos que mais cresceu foi exatamente a da comunicação, com a criação de departamentos específicos e a contratação de pessoal qualificado. O sindicalismo de São Paulo, por exemplo, emprega atualmente mais

jornalistas que a maior das redações dos grandes grupos empresariais.

No entanto, não se pode deixar de alertar o conjunto dos sindicatos, demais entidades e centrais, sobre as dificuldades enfrentadas pela comunicação sindical.

A AUSÊNCIA DE UM JORNAL DE MASSAS

São dificuldades de ordem estrutural, como a carência de recursos, e de ordem estratégica, como o incontornável monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação (em particular, das redes de televisão). Embora o sindicalismo tenha resolvido de maneira brilhante o problema de suas comunicações intracategorias, amarga uma grande deficiência em termos de comunicação popular, global (sem trocadilho) e generalizada. Não temos uma grande editora sindical (de livros), não temos uma agência sindical de notícias, não temos um jornal sindical de massas, de banca ou assinatura, e nem programas de referência nos meios eletrônicos de comunicação.

Como este segundo semestre deverá ser (infelizmente) marcado por um concentrado ataque do governo à estrutura sindical e às conquistas trabalhistas constitucionais (artigos 7º e 8º da Constituição) e como para resistir a estes ataques e preservar na luta é imprescindível uma boa comunicação, os ativistas e os dirigentes devem se preocupar ainda mais pela melhora constante de nossos veículos sindicais.

Em geral, as derrotas se anunciam pelo desleixo – que leva ao desmanche – na condução da política de comunicação dos sindicatos. É preciso seguir o exemplo dos gráficos do século passado, que foram vitoriosos também porque souberam se comunicar com eficácia.

João Guilherme Vargas Netto é assessor de diversas entidades sindicais de São Paulo

A degradação trabalhista



Portinari/Café/Capazz, 1935

**Contrato temporário,
jornada parcial, banco
de horas. Nunca os
direitos trabalhistas
foram tão pisoteados.
Diante dessa onda
regressiva, qual
a resposta
dos sindicatos?**

ALTAMIRO BORGES

FHC já está com a sua biografia bastante maculada: desconstrução nacional, servilismo ao capital

estrangeiro, viés autoritário, etc. Mas ele também vai entrar para a história como o presidente da República que causou os maiores estragos nas relações de trabalho no

Brasil. Além do desemprego recorde, que já supera os 20% nas regiões metropolitanas, seu

governo é responsável pelo desmonte da legislação trabalhista. Os retrocessos impressionam pela quantidade e pelo poder de devastação.



Governo quer eliminar direitos fixados no artigo 7º da Constituição

Nos bastidores palacianos, o próprio governo reconhece o processo acelerado de degradação do trabalho no país. Num documento do ano passado, intitulado “Emprego no Brasil – diagnóstico e políticas”, elaborado pelo Ministério do Trabalho e “reservado para discussão no âmbito interno”, a conclusão já era cristalina: “A despeito dos direitos consagrados na CLT, está caindo o grau de proteção dos trabalhadores brasileiros, emblematizado pelo contrato formal de trabalho”.

Apesar do discurso oficial da “modernidade”, o texto “reservado” confessa que as mudanças em curso “ocorrem no sentido inverso do que seria esperado pelo padrão clássico de emprego gerado num mercado de

trabalho moderno, e que abriga os seus participantes na rede de proteção social”. Tal constatação, no entanto, não inibiu a sanha destrutiva do governo FHC. Muito pelo contrário!

Principalmente a partir de 1998, com a explosão do desemprego e o temor da sucessão presidencial, o governo tomou inúmeras iniciativas – a maioria delas via recurso autoritário das medidas provisórias – para flexibilizar a legislação trabalhista. O surrado argumento, repetido à exaustão na mídia, é de que elas serviriam para aumentar a oferta de empregos no país. A legislação existente engessaria o mercado de trabalho. Era preciso desmontá-la, “enterrar de vez a era Vargas”.

DIREITOS CONSTITUCIONAIS NA MIRA DO GOVERNO FHC

Não que antes desse governo, agora em segundo mandato, as relações de trabalho no Brasil fossem avançadas, “civilizadas”. Elas sempre foram retrógradas. Mas, principalmente a partir dos anos 40, com a industrialização no país, a tendência foi progressiva, com a montagem de um arcabouço mínimo de proteção social. Fruto de vários fatores, conquistaram-se as leis trabalhistas e o mercado de trabalho

A LISTA DOS RETROCESSOS

A relação abaixo, feita com base em dados do Dieese, Diap e assessoria técnica do PT, é parcial. Mostra a fúria da flexibilização

✓ **Portaria 865/setembro 95** – editada pelo Ministério do Trabalho, impede a autuação de empresas por desrespeito aos direitos fixados em convenções ou acordos coletivos. Ao invés da multa, os fiscais do trabalho devem ser limitar a registrar a ocorrência, para posterior advertência;

✓ **Lei 9.300/96** – dispõe sobre a redução da indenização aos trabalhadores rurais, desconsiderando as parcelas

percebidas a título de salário “in natura”. Estas não são mais incorporadas ao salário para efeito de cálculo das verbas rescisórias;

✓ **Decreto 2.100/dezembro 96** – o governo ofereceu denúncia à Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro esta norma jurídica internacional que limitava a demissão imotivada;

✓ **Medida Provisória 1.619** – reeditada desde final de 94, regulamenta a participação nos lucros e resultados, prevista na Constituição. A PLR não é incorporada ao salário, sendo um meio de flexibilização da remuneração. A mesma MP prevê o trabalho dos comerciários aos domingos;

✓ **Lei 9.601/98** – institui o “contrato temporário”. O trabalhador contratado por este mecanismo não tem direito ao aviso-prévio e à multa de 40% sobre

Alexandre Machado



Ambulantes ocupam o centro da capital paulista

o FGTS quando da sua dispensa. Além disso, o valor do depósito mensal no FGTS é reduzido de 8% para 2%. A lei também reduz as contribuições ao Inca, salário-educação, seguro acidente de trabalho e “Sistema S”;

✓ **Banco de horas** – a mesma lei

tornou-se mais regulado. Segundo o economista Marcio Pochmann, no período de 1940/80, de cada 10 empregos criados, oito eram assalariados – sendo sete com registro em carteira.

Agora, com FHC, a tendência inverteu-se. De cada 10 empregos criados nos últimos anos, oito são não-assalariados. Dos dois restantes, apenas um tem registro em carteira. O resultado é que as ocupações surgidas nesta fase são de pior qualidade, sem acesso aos direitos trabalhistas – como férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, etc. – e sem qualquer amparo dos sindicatos. O mercado informal já supera 53,1% da População Economicamente Ativa (PEA). E os que estão no mercado formal atualmente são vítimas dos inúmeros ataques aos seus direitos.

Antes da atual onda, embalada na

9.601 permite a jornada superior às 44 horas semanais previstas na Constituição sem o pagamento das horas-extras. É a chamada “jornada flexível”. Na primeira versão, o período de compensação era de 120 dias; depois foi ampliado para um ano;

✓ **Medida Provisória 1.709/98** – permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução de salário e do tempo de férias – que pode ser de oito dias. A “jornada parcial” tende a provocar a demissão dos trabalhadores em tempo integral e a camuflar as estatísticas sobre desemprego;

✓ **Medida Provisória 1.726/98** – institui a “demissão temporária”. Suspende o contrato de trabalho por até cinco meses. Neste período, o “demitido” recebe o equivalente ao seguro-desemprego, custeado pelo FAT, um fundo oriundo das contribuições dos próprios trabalhadores.

cantilena neoliberal, a imposição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em 66, foi o maior golpe contra o trabalho no país, pondo fim à estabilidade no emprego até então existente. Em 74, ainda no regime militar, a lei 6.019 permitiu a contratação temporária por empresas de prestação de serviços. Mais recentemente, no governo Itamar Franco, o Legislativo regulou a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), prevista na Constituição, que em tese favorece a introdução do salário variável – uma forma de flexibilização na remuneração.

Só que FHC superou todos os antecessores. Num curto espaço de tempo, desferiu constantes e demolidores golpes contra a legislação trabalhista do país, adulterando-a completamente. A lista dos retrocessos é assustadora (leia na página 28). Entre as mais explosivas, em janeiro de 98, sancionou a lei 9.601, introduzindo o contrato por tempo determinado, mais conhecido como “contrato temporário”; pouco depois anunciou a “jornada parcial”, com redução dos salários e oito dias de férias, e também a trágica “demissão temporária” – espécie de *lay-off* praticado nos EUA.

OFENSIVA DO PATRONATO E RESPALDO DA FORÇA SINDICAL

E o extermínio não pára. O ministro do Trabalho Francisco Dornelles (PPB/RJ) garante que enviará em breve ao Legislativo proposta para alterar o artigo 7º da Constituição. O objetivo seria introduzir uma “ressalva”, determinando que os direitos “serão objeto de negociação coletiva”. Direitos até hoje assegurados no texto constitucional – como aviso-prévio, 13º salário, férias, FGTS, jornada de 44 horas, repouso semanal remunerado, adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade, etc. – poderiam ser

Isabella Huazik e Jo Azevedo/Crianças de Fibra



Cresce o número de crianças no mercado de trabalho

POBRE AMÉRICA

O governo FHC não é nada original na sua sanha para flexibilizar direitos. Essa onda destrutiva é mundial e atinge em cheio os países latino-americanos. É o que afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em documento apresentado na 14ª reunião dos países-membros da América Latina e Caribe, ocorrida no Peru em agosto passado, ela condena “o aumento do desemprego, do setor informal e da precariedade trabalhista” no continente.

O texto, intitulado “trabalho digno e proteção para todos: prioridade das Américas”, afirma que o desemprego aumenta rapidamente na região e deverá afetar neste ano 9,5% da sua força de trabalho regular. “O panorama de 1999 não é alentador”, conclui. Para a OIT, durante esta década, estancou-se o emprego nos “setores modernos e organizados” da economia, enquanto 85% dos novos postos de trabalho surgiram no mercado informal, com salários e níveis de proteção social bem inferiores.

As maiores vítimas desta degradação são as mulheres e os jovens. Segundo estatísticas oficiais, dos 12 milhões de desempregados existentes nas áreas metropolitanas do continente, 6,6 milhões são jovens – quase 55% do total. Já entre as mulheres latino-americanas, 65% delas só encontram vagas em atividades de baixa remuneração. Outro dado impressionante é que de 15% a 19% das crianças entre 10 a 14 anos trabalham para subsistir, o que, para a OIT, indica “a perpetuação da indigência” no continente.



Jornada flexível, via “banco de horas”, é a prioridade do patronato

eliminados ou reduzidos nos contratos de trabalho deliberados por negociações coletivas.

Essa enxurrada de medidas atiçou o apetite patronal e tumultuou as negociações coletivas no país. Cientes da situação de defensiva dos sindicatos, que estão acuados pelo desemprego e pela redução do seu poder de barganha, os empresários há tempos batem na tecla da redução do “custo Brasil”. Segundo a “agenda legislativa” da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), o lema hoje é “mais negociação e menos legislação, para flexibilizar os sistemas de contratação e remuneração”.

Até o momento, o sindicalismo está atordoado diante da flexibilização trabalhista. No caso da Força Sindical, por sua pregação *xiita* em favor das teses neoliberais, seria de se esperar um certo ar de triunfo. Afinal, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi o estopim do “contrato temporário”, assinando o primeiro acordo de redução de encargos em fevereiro de 96, com a firma Aliança. Na época, FHC elogiou o “exemplo positivo”. Temendo o desgaste, o sindicato não marcou assembleia para discutir o acordo e o seu presidente, Paulinho, confessou: “Estou apanhando muito”.

Tempos depois, o mesmo Paulo Pereira, agora presidente da Força Sindical, defendeu o projeto da jornada parcial. “A minijornada vai criar novos empregos, apesar de pagar salários menores”, disse. Mas conforme aumenta o desgaste de FHC, a central já ensaia uma “oportuna” mudança de rota. Atualmente, critica o governo, de forma mais dura, reconhecendo que suas medidas e programas de contenção do desemprego “são um desastre”. Voltou a falar em greve e até prepara uma paralisação nacional dos metalúrgicos, em conjunto com

a CUT, pelo contrato coletivo de trabalho.

O “BANCO DE HORAS” E AS RESPOSTAS DA CUT

E no campo da CUT, a maior e a mais dinâmica central brasileira, qual tem sido a reação? Uma bateria de entrevistas com lideranças das diversas correntes internas confirma que os sindicatos se encontram na defensiva diante da flexibilização trabalhista. Uns criticam a postura conciliadora, de “parceria social”, de alguns setores cutistas; outros, no

extremo oposto, condenam o “radicalismo estéril”; mas todos concordam que não há saída fácil na atual conjuntura. Tanto que, apesar das divergências, os adjetivos são menos corrosivos. Ninguém quer queimar a língua!

A degradação das relações do trabalho atinge todos os setores da economia. No ramo industrial, por exemplo, o que mais incomoda atualmente os líderes cutistas é o chamado “banco de horas”, um contrabando

introduzido pela lei 9.601, do contrato temporário. A própria CNI admite que esta é a prioridade das indústrias. Dos 200 acordos

“Menos legislação e mais negociação para flexibilizar os direitos”, é o lema da CNI

O PÉSSIMO EXEMPLO DOS EUA

No debate sobre flexibilização trabalhista, seus apologistas sempre costumam citar como exemplo os Estados Unidos. Argumentam que neste país a taxa de desemprego é uma das menores do mundo (4,2%) porque a mercado de trabalho é altamente desregulado. A legislação não garantiria férias remuneradas, indenização aos demitidos, salário-família ou 13º salário.

Esse seria o mundo ideal para os modistas tupiniquins. Só que eles escondem o lado obscuro do tal “milagre americano”. Estudos recentes indicam que 25% dos quase 130 milhões de trabalhadores americanos têm jornadas em tempo parcial (*part-time*), com rendimentos menores. Já o número de empregos temporários (*temporay-workers*) cresceu 500% entre 80/97. Além disso, o salário médio está em queda no país. Em termos reais, descontada a inflação, caiu em 20% nos últimos 25 anos.

O resultado é o aumento do fosso

entre ricos e miseráveis nos EUA. Entre 79/95, a renda dos 20% mais ricos aumentou em 26%, enquanto a dos 20% mais pobres caiu em 9%. Em 74, o salário de um alto executivo era, em média, 34 vezes maior do que o de um empregado típico; em 98, já era 185 vezes maior. Isto talvez explique porque mais de 4 milhões de jovens, que ingressariam no mercado de trabalho após dois anos de faculdade, resolveram não fazê-lo a partir de 97.

Também explica porque uma parcela dos americanos que engrossaria as estatísticas de desemprego encontra-se hoje em presídios. A população carcerária, composta por 1,6 milhão de pessoas, é das mais altas do mundo. Nos últimos 25 anos, aumentou mais de seis vezes. Não é para menos que a função de guarda de presídio está em quarto lugar na lista de empregos com maior oferta no país – abaixo apenas de faxineiro, caixa e garçom.

analisados pelo seu Sistema de Acompanhamento de Negociações Coletivas (SANC), cerca de 40% incluíram esta cláusula no ano passado. Em todos os Estados, as federações patronais impõem esse item como condição prévia para fechar os acordos.

O “banco de horas” é um mecanismo típico de flexibilização da jornada. As horas-extras não são pagas, como fixa a Constituição, mas sim compensadas – agora no prazo de um ano. Isto permite que as empresas adaptem a jornada aos fluxos da produção. Em períodos de maior demanda, elas aumentam a carga de trabalho (em alguns setores, chegam a exigir 12 horas diárias); já nas fases de retração, liberam os funcionários. A jornada flexível controla totalmente o tempo do trabalhador e gera inúmeros problemas – doenças profissionais, estresse, afastamento do convívio familiar, etc.

A resposta sindical a essa medida tem sido diferenciada. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista chegou a comemorar alguns acordos de banco de horas, como o realizado na Volkswagen – que permitiu uma variação da jornada entre 32 e 48 horas semanais. “Acordo histórico” – foi o título do jornal da entidade, que o considerou “uma alternativa porque mantém empregos”. Para Carlos Alberto Grana, vice-presidente da entidade, “se o sindicato tiver força, o acordo pode ser vantajoso. No ABC, muitas negociações do banco de horas garantiram a redução da jornada de trabalho”.

José Maria de Almeida, dirigente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, tem uma posição diametralmente oposta. Para ele, o sindicato deve rejeitar, por princípio,

o banco de horas. “Pode até ser obrigado a negociar, mas deve impor condições que inviabilizem a assinatura de acordos. Essa é uma questão estratégica. Se o sindicato aceita esse caminho, depois não tem mais volta. É preciso fazer o debate ideológico com os trabalhadores e intensificar a resistência concreta”, explica.

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Marcelino Orozimbo, é mais cauteloso. A principal empresa da base, a Fiat, é conhecida por sua postura fascistoide. Já impôs vários acordos de flexibilização, inclusive o banco de horas e o contrato temporário. “O sindicato foi contra, mas não deu para evitar. O clima era de medo. De 24,5 mil operários em 97, tinha caído para 11,5 mil. Não comemoramos o acordo. Foi o possível”, explica. Com base nessa experiência, argumenta que não dá para adotar uma posição de princípio sobre o tema. “Depende da correlação de forças”.

Carlúcio Castanha, secretário geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), concorda que é difícil evitar o banco de horas. “É o principal ataque patronal no momento. No Rio Grande do Sul e no Amazonas, eles se recusam a assinar o acordo sem a introdução desse item”. Mesmo assim, acha que os sindicatos devem resistir, convocar assembleias e mostrar os efeitos perversos deste mecanismo. “Não podem tratar como vitória um acordo deste tipo, que só escraviza o trabalhador”.

Força Sindical apoiou medidas do governo, mas teme o desgaste da sua imagem

TRABALHO AOS DOMINGOS E FIM DAS GRATIFICAÇÕES

Ainda no ramo industrial, os empresários têm atacado em outras



Aumenta a revolta dos servidores públicos

NA MIRA DE FHC

Os servidores públicos estão entre as principais vítimas do processo de degradação do trabalho no Brasil. Há quase cinco anos sem receber qualquer reajuste nos salários, são tratados como bodes expiatórios da grave crise econômica que abala o país. Os ataques do governo ao funcionalismo já viraram rotina. A última iniciativa foi a edição da medida provisória 1.971, de julho passado.

Além de autoritária, esta MP é draconiana. Ela institui o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que de voluntário não tem nada. O servidor é forçado a aderir ao programa; caso contrário, pode ser transferido arbitrariamente para outros locais. Também deixa o funcionário “em disponibilidade”, com afastamento do trabalho e redução do salário proporcional ao tempo de serviço, e incentiva a licença sem vencimentos por, no mínimo, três anos. Por último, determina a redução da jornada com cortes nos vencimentos entre 25% e 50% dos valores vigentes.

A medida provisória 1.971/99 é tão violenta que gerou protestos imediatos do sindicalismo. A CUT, em sua plenária de agosto, decidiu realizar uma campanha nacional “em defesa dos serviços públicos e do resgate da dignidade do funcionalismo”. A idéia é preparar o clima para a deflagração de uma greve geral ainda neste ano. Para isso, deverá ser feito um grande esforço propagandístico para envolver toda a sociedade, desmistificando a manipulação da mídia e do governo.



Plebiscitos em fábricas rejeitam medidas de precarização do trabalho

duas frentes: tentam implantar o contrato temporário, que até hoje não decolou, e retirar as cláusulas sociais dos acordos anteriores. Já na Petrobrás, o principal ataque é à garantia de emprego. Desde a greve dos petroleiros em 1995, que durou 32 dias, o governo toma medidas para anular essa conquista da categoria. “Antes não havia demissão imotivada na Petrobrás. Hoje esse compromisso não existe mais”, comenta Antônio Carlos Spis, uma das principais referências dos petroleiros.

A estatal também tentou implantar o banco de horas. “Estamos fazendo greves em todos os feriados para evitar esse golpe. A hora-extra na companhia é de 100% e não aceitamos compensar”, afirma. Apesar da resistência, o ritmo de trabalho na empresa se intensificou. Só no ano passado ocorreram 32 mortes por acidentes na Petrobrás – 20 deles nas terceirizadas. “É preciso reverter esse quadro de deterioração. E o clima está esquentando para um nova greve, longa, na categoria”, garante.

Já entre os bancários, a flexibilização dos direitos ainda não é tão sentida. O principal golpe se deu mesmo com o violento processo de automação. Em 1990, havia 812.667 bancários no país; em 97, eram 463.330 – uma queda de 43% no quadro de funcionários. Nas últimas campanhas salariais, os banqueiros propuseram o aumento da jornada de trabalho (de seis para oito horas), o trabalho aos sábados e o fim da gratificação. “Mas os bancos não conseguiram retirar nenhum desses direitos fundamentais até agora”, relata Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia.

No caso dos comerciários, a situação é mais complicada. A categoria é muito dispersa, com grande rotatividade no emprego e enorme dificuldade para se

organizar. Neste setor, o patronato anulou uma conquista histórica dos trabalhadores – a proibição do trabalho aos domingos. Esse golpe veio como contrabando na medida provisória da PLR. “Com o trabalho aos domingos, os funcionários ficam disponíveis 24 horas por dia e sete dias por semana”, critica Guiomar Vidor, presidente em exercício da Federação dos Comerciários do Rio Grande do Sul.

Nos últimos dois anos, o patronato também tem implantado o banco de horas e a flexibilização dos turnos. Tem sido difícil barrar estas iniciativas. “Em 89, quando tentaram impor o horário livre, os comerciários gaúchos pararam por dois dias. Agora, o quadro é diferente. Diante da recusa ao banco de horas, os patrões ameaçam não assinar o acordo, deixando os trabalhadores sem qualquer direito. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) também permitiu a imposição dessa medida sem a prévia negociação com o sindicato”, comenta, indignado, o líder sindical da categoria.

AUMENTA A RESISTÊNCIA À FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS

Como argumenta Júlio Turra, membro da executiva nacional da



Menores ingressam no mercado informal

CUT, “a onda de flexibilização é mundial. Faz parte da estratégia da burguesia para enfrentar a crise do seu sistema. Visa reduzir os custos do trabalho”. Na Inglaterra, o patronato impôs a anulação da jornada; na França, onde há pressão pela redução da jornada, tenta implantar um tipo de banco de horas. “A flexibilização se dá na jornada; na remuneração, com o salário variável; e na contratação, via terceirização”, afirma.

Apesar dessa brutal ofensiva, todos os entrevistados concordam que tende a crescer a luta contra a flexibilização dos direitos. Vários plebiscitos em fábrica têm rejeitado o banco de horas. Ainda são raros os casos de “contrato por tempo determinado” e, mais ainda, de “demissão temporária”. No que se refere à PLR, vários sindicatos exigem reposição salarial e aumento de produtividade. Rejeitam o salário variável e não aceitam as metas de produtividade impostas pelas empresas.

“O trabalhador já percebeu que só sai perdendo com esses acordos de flexibilização. Não consegue nem garantir os empregos”, diz Carlúcio. Marcelino vai no mesmo rumo. “Nesta campanha salarial, a tendência é rejeitar esses golpes. A greve dos caminhoneiros e outras lutas animam os operários”. Grana também avalia que as mobilizações deste final do ano serão mais aguerridas. “Ocorrerão grandes embates em defesa dos direitos”. José Maria lembra que um recente seminário nacional da CUT rejeitou a experiência do banco de horas. E Spis aposta que nas próximas lutas “será possível não só manter os direitos, como ampliá-los, inclusive com a conquista de reposição salarial”.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do CES. E-mail: aaborges@ibm.net



O golpe da reforma do Judiciário

A pretendida extinção da Justiça do Trabalho é mais um dos ataques dos neoliberais. Propostas regressivas são encobertas com o véu da modernidade

.....

NIVALDO SANTANA

Encontra-se em tramitação, na Câmara Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 96-A, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. O deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), relator da matéria e hoje ministro do governo FHC, apresentou um substitutivo que, se aprovado, consagrará grave retrocesso na Justiça brasileira.

Aloysio Nunes propõe a criação da súmula vinculante, expediente que dá força de lei às decisões dos tribunais superiores. Defende também a advocatária, medida que concentra o poder de decisão nas instâncias superiores. Mas não ficam só aí as alterações. Seu substitutivo quer acabar com a Justiça do

Trabalho. Propõe a revogação dos artigos 111 a 117 da atual Constituição, extinguindo o Tribunal Superior do Trabalho e os 24 Tribunais Regionais do Trabalho existentes no país.

Esta proposta é ainda mais radical do que a PEC 623/98, de iniciativa de FHC, que acaba com o poder normativo da Justiça do Trabalho. O deputado Aloysio Nunes pretende a liquidação pura e simples de toda a Justiça do Trabalho, transferindo sua estrutura, membros e competências para a Justiça Federal Comum.

EM 98, JUSTIÇA DO TRABALHO RECEBEU 2.349.219 AÇÕES

Estas mudanças precisam ser

analisadas no contexto dos amplos ataques que o governo impõe aos assalariados. O Brasil tem mais de 10 milhões de desempregados, só um terço da PEA (População Economicamente Ativa) tem carteira assinada, não existe política salarial, o arrocho cresce, avança a precarização das relações do trabalho e a chamada flexibilização dos direitos. Além da selvagem exploração da força de trabalho, o patronato abusa no desrespeito às leis trabalhistas. Exemplo disto é que, só em 1998, a Justiça do Trabalho recebeu 2.349.219 ações!

Estes números mostram que os conflitos entre capital e trabalho são os que mais requerem a intervenção da Justiça. Acabar com este ramo

A transferência para a Justiça Comum agravará a morosidade

especializado do Judiciário e transferir este volume gigantesco de processos para a Justiça comum iria agravar ainda mais um dos maiores males da justiça brasileira, que é a morosidade.

É com propriedade que o presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, afirma que “a Justiça do Trabalho, dentre os diversos ramos do Poder Judiciário, conta com o maior número de demandas e, conseqüentemente, apresenta considerável lentidão nos atos processuais, julgamentos e execuções. A tramitação, até o último grau de jurisdição, chega a ultrapassar cinco ou mais anos”.

Ora, se isto é verdade para uma Justiça com 1.300 juízes e que solucionou, em 1998, mais de 2,3 milhões de ações, é de se imaginar o caos que seria transferir tudo isto para a Justiça comum.

Todas estas propostas regressivas procuram ser cobertas com o véu da modernidade. Acabar com a “era Vargas”, submetendo-se às imposições da globalização dependente, passou a ser a via de acesso ao primeiro mundo. Tudo não passa de balela dos neoliberais tupiniquins.

Esta é uma visão unilateral do desenvolvimento histórico e das relações sociais no país, que procura satanizar o papel complexo de Getúlio Vargas no Brasil. Embora no período conhecido como “era Vargas” o país tenha percorrido uma trajetória cheia de vicissitudes, é equivocado considerar a Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho e a própria estrutura sindical como cópias da Carta del Lavoro do fascismo italiano.

Essas são conquistas das lutas dos trabalhadores no complexo processo de evolução do país. A garantia de direitos mínimos para os trabalhadores era peça-chave para implementar um novo projeto nacional de desenvolvimento,



Ato na Assembléia Legislativa de São Paulo contra a extinção da Justiça do Trabalho

explorar as contradições entre os países imperialistas e neutralizar setores brasileiros mais retrógrados. Vargas foi obrigado a absorver certas demandas dos trabalhadores para ampliar a sua base de sustentação. Neste contexto, formou-se o arcabouço jurídico das relações do trabalho no Brasil.

APERFEIÇOAR A JUSTIÇA E NÃO ACABAR COM ELA

A pretendida extinção da Justiça do Trabalho é apenas um dos alvos dos inimigos dos trabalhadores. A própria CLT e a Constituição de 1998 são consideradas obstáculos que precisam ser removidos para garantir a máxima lucratividade.

Nesta medida, ao lado da defesa do salário, do emprego e dos direitos sociais, é fundamental ao sindicalismo classista incorporar em sua pauta a defesa da unicidade sindical, de garantias efetivas de

sustentação financeira das entidades, da preservação do poder normativo da Justiça do Trabalho e toda a legislação que consagra décadas de conquistas dos assalariados.

Nesta moldura mais ampla é que deve ser encarada a defesa da Justiça do Trabalho. É certo que ela padece dos mesmos males de todo o Judiciário. Morosidade, falta de funcionários e de juízes, processos sujeitos a recursos meramente protelatórios, etc. Mas temos que enfrentar estes problemas com alternativas capazes de tornar a Justiça mais ágil, mais eficaz, mais democrática – e não simplesmente extingui-la.

Questões polêmicas como a manutenção dos juízes classistas e o papel do Tribunal Superior do Trabalho devem ser abordadas a partir da visão geral de ampliar as forças de resistência. Mudanças são necessárias, mas não aquelas preconizadas pelo deputado Aloysio Nunes.

O movimento sindical deve lutar pela não aprovação da PEC da reforma do Judiciário e engrossar o amplo movimento em defesa da Justiça do Trabalho. Esta luta é parte da luta geral para derrotar FHC e conquistar um novo rumo para o país.

Sindicalismo deve lutar pela rejeição da PEC-96/A e em defesa da Justiça do Trabalho

Nivaldo Santana é deputado estadual (PCdoB/SP), membro da Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa e integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

ULISSES RIEDEL

A reforma do Judiciário e a demora da justiça no país

Em relação à Justiça do Trabalho, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em tramitação na Câmara Federal, toma como fundamento a demora das decisões judiciais. Através da eliminação dessa instância, pretende que os conflitos de trabalho sejam resolvidos por meio de negociações, via introdução de árbitros, do fim do poder normativo e da extinção dos juizes classistas.

Seus defensores sustentam que essa demora se deve ao grande número de processos e que haveria assim como que uma “síndrome de reclamar”. Afirmam ainda que existem direitos em excesso no país e que a solução é a negociação dentro da empresa. Toda essa argüição é falsa.

OS DIREITOS DEVEM SER PAGOS E NÃO NEGOCIADOS

A maior parte das violações no país nem são reclamadas, para não se perder o emprego. O âmage do problema é outro. O problema tem seu cerne principal no fato de que “é economicamente vantajoso não pagar os direitos sociais”. Assim como na Justiça Comum existe pena de prisão para aqueles que deixam de cumprir uma decisão, também deveriam ser estabelecidas regras mais rigorosas quanto ao não cumprimento dos direitos sociais. Deveriam ser fixadas penalidades econômicas pesadas quando fossem reconhecidos direitos trabalhista postergados, deixando de ser um atrativo não cumprir



Arbitragem favorece o empregador, que indicará pessoas da sua confiança

corretamente com o pagamento de direitos sociais.

As negociações pretendidas, intramuros, dentro das empresas, correspondem a uma tentativa de flexibilização de direitos, de ser feita uma “negociação” para baixo de direitos líquidos e certos. Os direitos trabalhistas devem ser pagos e não negociados. Querem que essas “negociações” sejam feitas sem a presença do sindicato, sem a sua assistência jurídica, com a presença de trabalhadores negociadores, não portadores de estabilidade no emprego, sujeitos à demissão se desagradarem a seus patrões!

Querem que a negociação homologada tenha força de coisa julgada, não podendo o trabalhador demandar contra direitos que não tenham sido pagos. Ou seja: querem diminuir o número de processos na Justiça, ferindo de morte o próprio direito. Falam em arbitragem, com árbitros escolhidos de comum

acordo entre empregado e empregador. Ora, a lista dos árbitros admitidos pelo patrão será sempre de pessoas de sua confiança e, assim, ao invés de termos um Tribunal Trabalhista, teremos pessoas escolhidas pelo próprio empregador para apreciar as suas irregularidades.

LITISCONSÓRCIO, PRECATÓRIOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS

Outra razão para o grande volume de ações trabalhistas está no fato dos juizes não admitirem, com base no parágrafo único do artigo 46 do CPC, o litisconsórcio facultativo. Com isso, sindicatos e advogados são compelidos à formulação de milhares de ações que poderiam estar centralizadas numa só. A utilização do disposto neste parágrafo único, da forma que tem sido usada pela Justiça, só serve para aumentar o número de ações judiciais e dificultar o ajuizamento de reclamações. Desta forma, protege o poder econômico contra os trabalhadores, só que numa proteção ilegítima, eis que o Estado de Direito deve, ao revés, proteger o direito de ação.

Outro ponto que merece destaque, nesse tópico, diz respeito aos precatórios. Fala-se na demora das decisões judiciais, mas após a expedição do precatório, que é a ordem de pagamento do Judiciário ao Executivo, através da inclusão do débito no orçamento do ano seguinte, o poder Executivo leva inúmeros anos sem pagar os direitos reconhecidos. Não se pode cuidar da demora judicial sem se cuidar paralelamente da demora do Executivo no cumprimento dos precatórios. Por último, outra razão da demora está também nas sucessivas medidas provisórias do Executivo.

Ulisses Riedel é advogado trabalhista e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)



Sebastião Salgado/Workers

O contexto recente das negociações coletivas no Brasil

Onda neoliberal reverte o processo de regulação do mercado de trabalho e indica que o cenário adverso das negociações coletivas deve permanecer no próximo período

ANTONIO PRADO

Durante os anos 80, houve um avanço significativo das negociações coletivas no Brasil. Apesar de um contexto político e econômico bastante adverso, caracterizado na primeira metade da década pela resistência à ditadura militar e pela crise da dívida externa e, na segunda metade, pelo processo hiperinflacionário, a luta do movimento sindical permitiu que os acordos e convenções coletivas fossem regulando, de forma crescente, as relações entre capital e trabalho. Terminamos a década com

contratos de trabalho com mais de uma centena de cláusulas, tratando dos aspectos mais diversos do cotidiano das relações de trabalho.

Esse processo de regulação crescente do mercado de trabalho começou a ser contestado pela crescente onda neoliberal, que já se espalhava pelo mundo todo desde finais dos anos setenta e que veio pousar no Brasil por intermédio do governo Collor. A tecnocracia emergente assumia os princípios (neo)liberais de que havia a necessidade de desregulamentar a

economia. Isso significava enfraquecer o Estado e sua capacidade de dirigir o desenvolvimento; abrir a economia no sentido do livre cambismo; e quebrar a espinha dorsal das instituições com capacidade de interferir no livre jogo do mercado.

REVERSÃO OCORRE COM O DESEMPREGO EM MASSA

Rapidamente prosperou a visão da chamada deseabilidade do mercado informal, a partir da

O enfraquecimento do poder de barganha das categorias organizadas

própria tecnocracia. Isso implicou, na prática, num desmonte dos mecanismos de fiscalização do mercado de trabalho, iniciando-se um amplo movimento de precarização das relações de trabalho, que representa, em última instância, desrespeito aberto às leis trabalhistas.

Não há dúvida de que desorganizar um mercado de trabalho é uma ação de enfraquecimento das instituições que nele atuam e as entidades sindicais não deixaram de sentir esses efeitos. Mas nesse período teria início outra mudança dramática: o início do desemprego em massa.

O desemprego, que somava 6,7% da PEA em dezembro de 1989, conforme pesquisa do Dieese/Seade, passa para um patamar de 14%. Primeiro, pela desorganização provocada pelo Plano Collor em 1990 e, posteriormente, pela estratégia de superação do seu fracasso, que inaugurou a política de acumulação de amplas reservas internacionais, pelo aumento brutal das taxas de juros no país. O desemprego elevado, se por um lado foi resultado da política monetária orientada para atrair capitais especulativos ao país, por outro vinha cumprir o objetivo neoliberal de atuar como elemento disciplinador de um sindicalismo com organização e poder de barganha crescentes.

Esse contexto de enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos, provocado pela precarização do mercado de trabalho e pelo desemprego crescente, ganhou novos elementos a partir do Plano Real. O processo não negociado de estabilização econômica impôs uma política de desindexação dos salários que cristalizava a imensa transferência de renda para o capital, a partir da conversão dos salários para a média.

Esse processo poderia ser revertido com o crescimento da economia que ocorreu nos primeiros 18 meses do Plano Real e que, de fato, permitiu o aumento real dos salários de alguns segmentos do mercado de trabalho (excluídos os servidores públicos e trabalhadores rurais). Contudo, não durou o suficiente para manter a recuperação dos rendimentos. Já a partir de 1996, os efeitos da retomada do modelo de acumulação de reservas internacionais, com a elevação dos juros reais, começaram a se revelar de forma dramática no crescimento do desemprego, que não só voltou aos níveis pós-fracasso do Plano Collor, como superou suas marcas.

O RÁPIDO PROCESSO DE REGRESSÃO DOS RENDIMENTOS

A combinação de desemprego elevado e salários desindexados, mesmo com inflação em queda, interrompe a incipiente recuperação dos salários no Real e os deixam estagnados até 1997. No entanto outros fatos relevantes vão compondo o cenário adverso para a negociação. A sobrevalorização do Real, usada como âncora da estabilização, amplia os efeitos da abertura comercial do período Collor, desarticulando parcelas da produção agrícola e industrial. O

Desemprego elevado e os salários desindexados interromperam a incipiente recuperação dos rendimentos

desemprego industrial cresce continuamente, enfraquecendo o poder de barganha de muitas categorias com ampla organização e tradição sindical.

O empresariado, aproveitando-se desse contexto de fragilidade do movimento sindical, começa a impor uma revisão das convenções e acordos coletivos, no sentido de redução de cláusulas, principalmente dos benefícios indiretos. Ao mesmo tempo, o governo atua com o intuito de reduzir conquistas trabalhistas sob o argumento de ampliar a flexibilização do mercado de trabalho. Além de pressionar o Judiciário com sucesso para derrubar precedentes normativos que garantiam vários direitos trabalhistas.

No atual momento, o desemprego já é três vezes maior do que no início da década e o crescimento da economia é quase negativo. Os ganhos de rendimentos gerados no início do Plano Real estão em rápido processo de regressão, com queda significativa durante os primeiros meses de 1999.

A tímida recuperação de alguns setores beneficiados pelo fim da âncora cambial do Plano Real ainda não é suficiente para reverter o quadro, que só poderia melhorar com um crescimento substantivo da economia nos próximos anos. No entanto, mesmo que o crescimento volte a ocorrer, não há sinais de que terá o vigor suficiente para reduzir de forma significativa o desemprego. Isso só ocorreria, dado o quadro de abertura comercial e da atual jornada de trabalho, com um crescimento da economia superior a 7% ao ano, o que é pouco provável que aconteça. Assim, a situação para a negociação permanecerá adversa, com algumas oportunidades setoriais e temáticas.

Antonio Prado é coordenador de produção técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e professor da PUC/SP

UMBERTO MARTINS

O legado do

Economia brasileira depende das oscilações do

O comportamento da economia brasileira no primeiro semestre deste ano não foi tão desastroso quanto em geral se imaginava logo após a má desvalorização do real em janeiro. À direita ou à esquerda, os economistas previram uma queda do PIB mais expressiva do que aquela efetivamente verificada até agora, assim como um retorno mais rigoroso da inflação. O governo federal, ao revisar as metas de desempenho econômico com o FMI, projetou um declínio da produção superior a 3%. Também não foram raras as estimativas de uma alta dos preços de 50% ou mais para este ano.

Os impactos da desvalorização foram sensíveis, na contenção das importações e na alta de alguns preços, em especial combustíveis, tarifas e remédios. Ainda assim, o recuo da produção interna no primeiro semestre deste ano foi de 0,42%, conforme as estatísticas do IBGE, enquanto o avanço acumulado do custo de vida de janeiro a julho (ICV/Dieese) ficou pouco acima de 5%. Em queda nas pesquisas de opinião, o governo FHC e os otimistas de plantão festejam estes números e aproveitam a ocasião para prometer um período de prosperidade e fartura nos próximos anos.

BRASIL ESTÁ À MERCÊ DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

No outro lado desta história, o povo brasileiro não tem o que comemorar. Hoje parece evidente que a economia nacional vive num estado de crise, expresso



O desemprego recorde, que inferniza a vida dos trabalhadores decorre da política neoliberal de FHC

principalmente nos recordes de desemprego (cerca de 20% nas regiões metropolitanas, de acordo com o Dieese). É uma condição associada ao tipo de capitalismo dependente que foi implementado por aqui, que provavelmente esgotou as suas potencialidades. Não se pode

negar ao atual presidente o mérito de ter acentuado, mais que qualquer outro na história, este traço característico do sistema vigente.

Qualquer que seja o desempenho da economia daqui para a frente, é certo que será influenciado pelas oscilações do fluxo internacional do

governo FHC

mercado mundial, tornando-se ainda mais vulnerável



Foto: Imagem/Arquivo de América

A sucessão de crises cambiais ocorridas nos últimos três anos, atingindo primeiro alguns “tigres asiáticos” (no segundo semestre de 1997), depois a Rússia (agosto/98) e o Brasil (janeiro/99), evidenciou esta realidade, além de revelar que as recorrentes perturbações do sistema financeiro mundial fazem suas vítimas principalmente entre os povos e nações mais pobres e vulneráveis.

Os sinais emitidos pelo mercado nesses dias não são dos mais animadores. Agosto foi marcado pela instabilidade cambial e por uma persistente desvalorização do real frente ao dólar. Sensível às flutuações do câmbio, a inflação voltou a preocupar. Até o momento, ela foi contida pela depressão da demanda: entre janeiro e maio deste ano o IBGE registrou queda de 4% no rendimento médio da população brasileira. Na Grande São Paulo, segundo o Dieese, nos últimos 12 meses terminados em julho, o salário dos trabalhadores formais caiu 6,4%.

O rendimento dos autônomos declinou 14,3%.

Entre os protagonistas da dose extra de desvalorização do real figuram os investidores estrangeiros, que nas últimas semanas ensaiaram os passos de uma nova fuga de capitais, restringindo crédito e repatriando lucros. O governo foi constringido a intervir e, a pretexto de manter e continuar atraindo o dinheiro do investidor estrangeiro, FHC mandou criar novos privilégios para aquele senhor, deus do mercado. O Banco Central extinguiu a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aos investidores de curto prazo, numa celebrada renúncia fiscal a favor de especuladores.

RESULTADO DESASTROSO DA BALANÇA COMERCIAL

O comportamento futuro do câmbio vai depender tanto das oscilações do fluxo mundial de capitais quanto, talvez principalmente, do resultado da balança comercial. Esta não tem reagido como o governo pretendia, comprometendo as metas de superávit assumidas com o FMI. O resultado das trocas de mercadorias com o exterior constitui o único meio de financiar (ou pelo menos minimizar) o déficit em transações correntes e a amortização da dívida externa, quando cessa ou diminui o ingresso de recursos estrangeiros e as reservas internacionais atingem seu limite.

As crises que agitaram o mundo capitalista nos últimos anos não

capital. Em outras palavras, é visível que o ciclo de reprodução interna está totalmente dependente dos movimentos, também cíclicos e a cada dia mais instáveis, dos investimentos externos. A economia nacional vive à mercê da globalização neoliberal.

**Governo
extingue
cobrança do IOF
dos especuladores
para atrair
capital de
curto prazo**

Passivo brasileiro cresceu 60% no governo FHC, atingindo R\$ 550 bilhões

ficaram restritas à esfera financeira. Elas se traduziram sobretudo no acirramento da concorrência e na perturbação e saturação dos mercados destinados às exportações dos “emergentes”. Graças à pressão exercida pela necessidade de gerar superávits para pagar dívidas externas na periferia, as relações de troca entre países ricos e pobres tornaram-se mais desiguais, sofrendo bruscas alterações em detrimento dos últimos. Os preços das *commodities* (produtos básicos, de pouco valor agregado) desabaram, frustrando o desempenho das exportações e reduzindo os “benefícios” da maxidesvalorização.

Um trabalho realizado pelo IEDI avalia que o valor em dólar das exportações brasileiras caiu 13% em média entre janeiro e maio deste ano, sendo que para os produtos básicos e semimanufaturados a queda foi de 20%. Em contrapartida, os preços das importações cresceram 6%. O resultado foi um prejuízo estimado em mais de 1 bilhão de dólares nos cinco primeiros meses do ano.

No primeiro semestre, as exportações somaram US\$ 26,563 bilhões, ficando 14% abaixo do resultado registrado no mesmo período do ano passado. Já o recuo das importações (que totalizaram US\$ 27,088 bilhões, gerando o déficit de US\$ 525 milhões) foi maior, de 18,4%, cabendo enfatizar a redução das compras de bens de capitais e matérias-primas (respectivamente, 12% e 17%), o que significa declínio de investimentos e joga água no moinho da recessão.

A experiência indica que recuperações e crescimento econômico em nosso país são acompanhadas do aumento das importações, mesmo porque uma parte expressiva dos bens de capital consumidos pela indústria brasileira são importados (15,8% no primeiro

Preços das commodities desabaram no mercado mundial, frustrando o desempenho das exportações brasileiras

trimestre). Por esta razão, a necessidade de cobertura de parcela do déficit externo com um saldo positivo na balança comercial (que, no caso, está associado à desvalorização do real) restringe as possibilidades de desenvolvimento da economia.

POR ANO, PAÍS REMETE AO EXTERIOR US\$ 60 BILHÕES

A dimensão da dependência econômica pode ser avaliada pelo valor do passivo externo do país que, composto pela soma da dívida externa e investimentos diretos e em portfólio, é hoje o melhor indicador da sujeição da nação ao capital estrangeiro. O que para nós é passivo é, na outra ponta, ativo para as potências capitalistas; ativo formado pelo conjunto dos investimentos realizados pelos seus monopólios que, aliás, para nossa infelicidade, geram uma remuneração escandalosa.

Como todos sabem, a dívida externa (que representa 70% do passivo externo brasileiro) rende juros e amortizações. Já os investimentos diretos, resultam nos lucros e dividendos remetidos às matrizes. A carga do passivo avançou como nunca durante o governo FHC (em torno de 60% desde 94), sendo

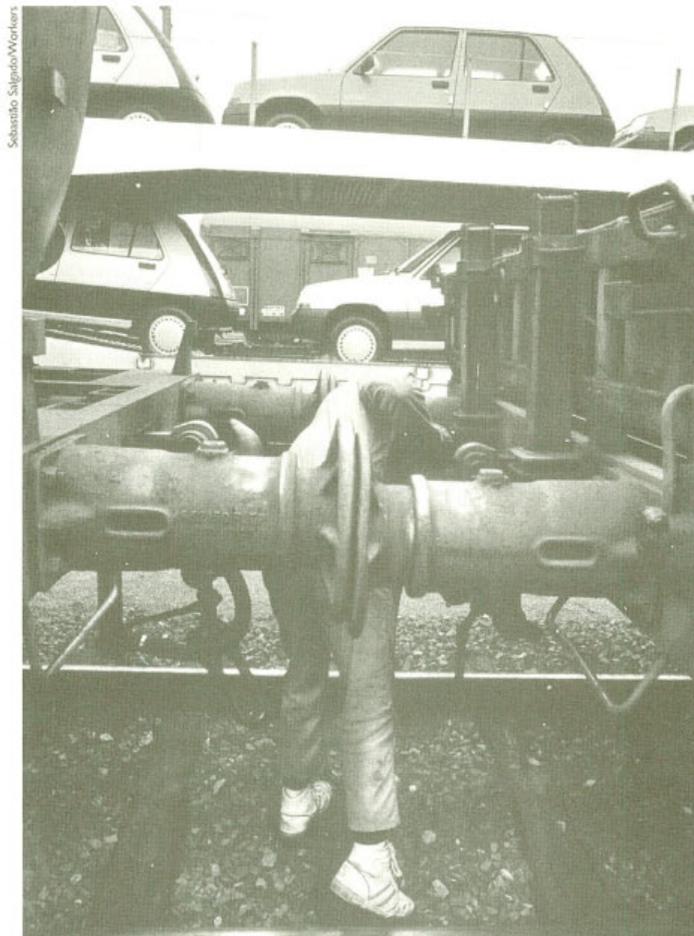
estimado nesses dias em cerca de US\$ 370 bilhões, aproximadamente 70% do PIB brasileiro, cujo valor em dólares após a desvalorização ficou em torno de R\$ 550 bilhões. Esta foi certamente a principal façanha do atual presidente.

O país fica com o doloroso legado de remeter regularmente ao exterior mais de 60 bilhões de dólares anuais (somando os pagamentos de juros, lucros e dividendos, entre outros) para remunerar os ativos apropriados pelo capital estrangeiro. Este é o pano de fundo da vulnerabilidade a que o Brasil ficou exposto e que torna a economia extremamente sensível a um fluxo internacional de capitais a cada dia mais volátil e influenciado pelos desequilíbrios das contas externas dos EUA.

A dependência não ameaça apenas o desempenho dos ciclos econômicos. Tem um efeito estrutural muito mais perverso. Não se pode esquecer que o período classificado pelos economistas de década perdida (anos 80) foi produto do agravamento da dependência em relação ao exterior, expressa então principalmente na chamada crise da dívida externa. A situação tem piorado. A média anual de crescimento do PIB (que nos anos 70 foi de 7%), baixou para 3% na década de 80 e deve fechar os 90 em míseros 1,78%, caso a taxa fique estacionada neste ano (em 0%).

São números que revelam a face mais cruel da crise, explicam o nível recorde de desemprego e o empobrecimento nacional. Talvez a lição a extrair desses fatos é que sob esse tipo de capitalismo dependente e sob o tacão da política neoliberal, o Brasil não terá um futuro decente e o próximo milênio poderá ser horroroso.

Umberto Martins é jornalista, assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo



Sebastião Salgado/Workers

A indústria automobilística, exemplo da crise capitalista

Anarquia da produção e introdução
do modelo toyotista reforçam as contradições
do sistema capitalista

.....

THOMAS GOUNET

Dois fenômenos atingem a indústria automobilística: a crise econômica estrutural e a passagem de um modelo de organização da produção baseado no fordismo a um modelo fundado no toyotismo. Esses fenômenos vitimam particularmente o Brasil. De um lado, a crise econômica atinge duramente o país e

seus trabalhadores desde o final de 1997. Em 1998, a produção automobilística brasileira caiu 21%. As montadoras demitiram em massa para fazer face a essa queda da produção, provocando a justificada resistência dos operários, notadamente na Ford.

O Brasil é uma ilustração da

anarquia capitalista. Segundo estimativas de organismos capitalistas, o Brasil é um mercado que tem chances de crescer mais rapidamente que o dos países ricos. Ávidos de lucro e estimulados pela concorrência, todos os proprietários se lançam sobre a região para construir fábricas novinhas em folha.

No atual ritmo, montadoras instaladas no Brasil fabricarão 4,5 milhões

Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen elaboram projetos de investimentos desmesurados. A Renault inaugura com grande pompa uma nova usina em Curitiba. A Peugeot, a Mercedes, a Toyota, a Honda ..., todos pensam agir de modo semelhante e já elaboram seus planos nesse sentido.

Nesse ritmo, em 2010 (talvez antes), as capacidades produtivas atingirão 4,5 milhões de veículos por ano. Prevê-se 2,8 milhões por ano em 2000. Mas quem comprará esses carros, num país que jamais “consumiu” mais de 2 milhões de carros novos por ano, num país onde os salários dos trabalhadores do setor automobilístico, mais altos do que os de seus colegas de outros setores, são quatro vezes mais baixos do que os dos países europeus? O resto do continente não poderá absorver o excedente de carros produzidos.

O Brasil entra no rol daqueles países com capacidade excedente crônica, como já ocorre na Europa, EUA e Japão. Uma capacidade excedente que não é evitada e que agrava a crise. Cada fabricante, para vender em detrimento das suas rivais, abaixa ligeiramente os preços de seus veículos. Mas, para fazê-lo, tem de reduzir seus custos, em primeiro lugar diminuindo o número de trabalhadores e os seus salários. Hoje esse fenômeno é conhecido na Europa. Cada operário vive na angústia do anúncio do fechamento de sua usina.

Desde que Louis Schweitzer, o grande patrão da Renault, declarou, em 27 de fevereiro de 1997, o fechamento da usina de Vilvorde, embora esta fosse uma unidade moderna, repleta de robôs e com boa performance no plano da produtividade, da flexibilidade e da

qualidade, cada trabalhador europeu sabe que já não está protegido da demissão, mesmo se aceitar fazer todas as concessões possíveis e imagináveis ao seu patrão. Basta que na cúpula do poder capitalista seja tomada uma decisão, que ele é jogado no olho da rua, como lixo. É a lei da ditadura do capital.

NO TOYOTISMO, O OPERÁRIO NÃO DISPOE DO SEU TEMPO

De outro lado, o sistema fordista é progressivamente substituído por outro, o toyotismo. Este último permite uma maior exploração dos trabalhadores por três grandes meios. Primeiramente, intensifica o trabalho, sobrecarregando cada operário ao máximo. Este deve trabalhar mais rápido, deve reduzir todo o “tempo morto” (durante o qual ele espera o carro em seu posto de trabalho e que lhe permite respirar um pouco em face do ritmo da cadeia produtiva), deve incorporar novas tarefas como o controle da qualidade ou a manutenção ligeira das máquinas. Com o toyotismo, o trabalhador não dispõe de nem mais um minuto para si.

Desde que a Renault fechou a fábrica de Vilvorde, trabalhador europeu sabe que não existe mais proteção contra as demissões

Em seguida, o toyotismo reduz os salários e degrada a proteção social nas fábricas apoiando-se na terceirização. Numa fábrica terceirizada, as condições sociais são sempre mais precárias do que numa grande unidade de produção onde os trabalhadores podem constituir uma força organizada capaz de certas vantagens através da luta.

Por fim, o toyotismo divide completamente os trabalhadores. Ele os coloca em empresas menores. Assim, 10 mil operários podem participar da fabricação de um carro, mas apenas 2 mil são engajados numa montadora. Os 8 mil restantes não são ligados a ela diretamente. Mas, mesmo no interior de uma usina de montagem, os contratos de trabalho são cada vez mais diferentes. Alguns são temporários, outros têm emprego em caráter definitivo. Alguns são chefes de equipe, outros simples membros. E todos são divididos em times, a unidade que deve ela própria funcionar como uma pequena empresa. No interior desse time ocorre uma nova divisão, pois os trabalhadores não querem ser acusados de serem responsáveis por maus desempenhos do grupo. A partir daí, todos se vigiam mutuamente.

O Brasil conhece essa situação. Os fabricantes implantados introduzem os novos métodos inspirados no toyotismo. O país se tornou mesmo objeto de novas experimentações. A Volkswagen inaugurou, na fábrica de caminhões e de ônibus em Resende, um modelo de produção no qual mesmo a montagem é feita através da terceirização. Assim, de cerca de 2 mil operários, apenas 300 estão sob as ordens da montadora. E a Ford tem em vista proceder da mesma

O toyotismo reduz os salários e degrada a proteção social nas fábricas,

de carros em 2010

maneira na sua nova fábrica na Bahia.

CAPITALISMO CRIA AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA A SUA DERRUBADA

Esses fenômenos, que hoje caracterizam a indústria automobilística notadamente no Brasil, não são interessantes apenas para os operários desse setor. Eles mostram igualmente tendências gerais do capitalismo em seu conjunto.

Em primeiro lugar, esses fenômenos sublinham que o capitalismo se nutre fundamentalmente da exploração dos trabalhadores. Quanto mais a crise se agrava, mais os patrões tentam recuperar, sobre as costas dos trabalhadores, os lucros que perdem com a queda das vendas. Quanto mais o capitalismo avança, mais os patrões e seus servidores introduzem métodos sofisticados para aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação de riquezas no sentido geral e para reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários. A passagem do fordismo ao toyotismo se inscreve no quadro desse esforço patronal.

Em segundo lugar, aumentando a exploração dos operários, os capitalistas criam e agravam a crise econômica. Criam-na porque, de um lado, aumentam a capacidade de produção, cada qual pensando em vender tudo o que produz em detrimento dos concorrentes. De outro lado, apóiam-se na exploração, o que provoca a limitação do poder aquisitivo da população. Cria-se uma separação entre a produção e o consumo. É a crise de superprodução. E toda tentativa de resolver essa crise, reforçando ainda mais as condições

R. Parazotti



de exploração, piora as coisas porque aumenta essa separação entre a produção e o consumo.

Em terceiro lugar, é o sistema capitalista em seu conjunto que é atingido pela crise econômica. É o sistema em seu conjunto que se embarça em suas profundas contradições. O capitalismo vive da exploração dos trabalhadores e é isto que, com a busca furiosa do lucro e a acumulação pelos capitalistas, que provoca a crise. Enquanto houver exploração, haverá crise. Em face disso, alguns imaginam atenuar um pouco a exploração como por exemplo, aumentando os salários. Medida dificilmente aplicável, pois, empurrados pela concorrência, cada patrão tenta individualmente, muito pelo contrário, aumentar a exploração, o que torna essa medida ineficaz (...).

Em quarto lugar, o capitalismo cria condições objetivas para a sua derrubada. Mergulha o mundo numa crise econômica da qual não sai. As contradições que ele desenvolve e que provocam a crise econômica não podem ser resolvidas senão com a supressão de sua causa fundamental, a saber, a propriedade privada das empresas e do capital. É esta que se encontra na base da busca frenética de lucro pelos capitalistas, portanto, da acumulação. É esta que obriga os trabalhadores a venderem

O Brasil tornou-se objeto de novas experimentações do toyotismo com a produção de carros sendo terceirizada

sua força de trabalho aos patrões em troca de um salário, que não representa senão uma parte do valor produzido por esses trabalhadores. Em outros termos, é a propriedade privada que leva à exploração dos trabalhadores. Abolindo a propriedade privada e substituindo-a pela propriedade coletiva, substitui-se o capitalismo por outro sistema, o socialismo (...).

Em quinto lugar, se as condições objetivas estão colocadas para a derrubada do capitalismo com a exploração que se agrava, a crise econômica que se prolonga, as contradições que se aguçam, as condições subjetivas, contrariamente, estão largamente ausentes no momento atual. A contra-revolução na URSS e nos outros países socialistas do Leste europeu assestou um duro golpe nos movimentos revolucionários. Mas isso significa sobretudo que é necessário construí-los, reconstruí-los e reafirmá-los (...).

Thomas Gounet é redator da revista *Études Marxistes*, editada pelo Partido do Trabalho da Bélgica.
Tradução: Fernando G. Rodrigues

apoiando-se na terceirização

Torino Rossa: Os conselhos de fábrica na Itália

Com o impacto da revolução russa de 1917 e a crise econômica e social do pós-guerra, o movimento operário italiano adquire uma dimensão até então nunca vista. Seu crescimento faz com que a burguesia, amedrontada, conceda alguns direitos aos trabalhadores. Neste mesmo período, começa a se desenvolver um novo instrumento de organização e luta dos trabalhadores: as comissões internas de fábrica.

Elas surgiram espontaneamente no início do século. Já em 1919, eram reconhecidas legalmente. As comissões se constituíram inicialmente como simples apêndices dos sindicatos. Os seus membros eram, em geral, indicados pelas próprias direções sindicais. Entretanto, com o rápido ascenso da luta de classes, elas começaram a mudar o seu caráter, tornando-se instrumentos de ação política e revolucionária das massas operárias.

O palco da principal experiência dos comissões de fábrica foi em Turim. A cidade possuía uma numerosa classe operária e uma grande tradição de luta, por isso era conhecida como a “Torino Rossa” (Turim Vermelha). Foi ali que, em 1919, nasceria o periódico comunista “L’Ordine Nuovo”. O objetivo do seu grupo de redatores era elaborar uma estratégia compatível com a realidade italiana que possibilitasse ao proletariado

Com o movimento dos conselhos de fábrica (1919/1920), Turim Vermelha (a “Torino Rossa”) torna-se palco de uma rica e instigante experiência da luta operária internacional

AUGUSTO BUONICORE

conquistar e manter o poder político. Para realizar tal objetivo, era preciso responder a uma pergunta crucial: “Existiria na Itália (...) um germe, um projeto, um esboço de soviets?”

A resposta do revolucionário italiano Antonio Gramsci foi que sim. E este germe seriam as comissões internas de fábricas. Mas era preciso mudar o seu caráter. Elas deveriam deixar de ser meros aparelhos dos sindicatos burocratizados. Para isso, deveriam ser eleitas diretamente pelo conjunto dos trabalhadores, independente de serem ou não sindicalizados. As comissões de fábrica se

transformariam assim em conselhos de fábricas.

BUROCRACIA SINDICAL TENTA ISOLAR OS GREVISTAS

Em outubro de 1919, apesar da resistência da ala reformista do Partido Socialista e da direção da CGT, mais de 50 mil operários elegeriam diretamente as suas comissões; em 1920, esse número subiria para mais de 150 mil em Turim. Em abril de 1920, diante de uma medida governamental que alterava a jornada de trabalho, os metalúrgicos de Turim ameaçaram deflagrar greve geral. Os patrões, tendo em vista enfraquecer os conselhos, ameaçam fechar as fábricas e demitem vários de seus dirigentes. Olivetti, secretário geral da Confederação da Indústria, afirma: “Não é possível que nas fábricas se constitua um organismo que se proponha a decidir à margem e sobre os órgãos diretivos da fábrica”.

Os operários não se intimidam e respondem com a greve, que ficaria conhecida como a “greve dos ponteiros”. Ela atinge inicialmente 50 mil operários, depois se torna uma greve geral em Turim e, em seguida, estende-se por toda a região do Piemonte, abrangendo cerca de 500 mil trabalhadores. As direções reformistas da CGT e do PSI

recusam-se a publicar os manifestos dos grevistas turinenses e tentam impedir, de todas as maneiras, que a greve se estenda às outras regiões do país. A própria convenção do PSI, marcada para Turim, é transferida para Milão, para evitar a pressão dos manifestantes.

Aproveitando o isolamento dos operários, os patrões partem para a ofensiva e endurecem o jogo. Os operários são obrigados a voltar ao trabalho. Gramsci afirma: “Abandonados por todos, o proletariado turinense foi obrigado a enfrentar sozinho, com suas próprias forças, o capitalismo e o poder do Estado burguês. A intervenção enérgica de centrais sindicais poderia equilibrar as forças se não determinar a vitória”. E conclui: “Regressam os operários às fábricas, mas com a convicção de não terem triunfado, mas também de não terem sido dominados”.

OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS MOSTRA FALÊNCIA DA BURGUESIA

Apesar da derrota e da repressão patronal, os operários conseguem manter a sua organização nas fábricas. A “Torino Rossa” continuava sendo uma ameaça constante à burguesia italiana. Era preciso quebrar a sua espinha dorsal; era preciso destruir os conselhos de fábrica. Em junho, a Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos (Fiom) apresenta novamente aos industriais as suas reivindicações. Os patrões recusam-se a atender a maior parte delas. Em algumas fábricas, os trabalhadores começam um lento processo de obstrução da produção.

Os patrões, organizados na Federação das Indústrias, suspendem as negociações. A Fiom decide então pelo desencadeamento de um movimento nacional. A Fedindústria resolve endurecer o jogo e ordena o fechamento de todas as fábricas. Ao *lock-out* patronal, os operários respondem com uma nova tática, a

Grande Enciclopedia Larousse Cultural



Em 1919, nasce o jornal comunista “L’Ordine Nuovo”, dirigido por Gramsci, que procura traçar uma linha revolucionária para os conselhos

da ocupação das fábricas. Em Turim, mais de 140 empresas são ocupadas. Os operários passam a organizar a produção, estabelecendo a autogestão. O movimento, pouco a pouco, adquire caráter insurrecional. Mais de 500 mil operários participam da luta. Mostram, na prática, que a burguesia era uma classe socialmente desnecessária no processo produtivo. Os próprios trabalhadores poderiam organizar a produção sem patrões ou

capatazes.

Os industriais pressionam o governo para que assuma posições mais rígidas contra os operários e para que não permita a comercialização das mercadorias produzidas nas fábricas ocupadas.

O governo, por sua vez, percebe que não é possível se opor abertamente a um movimento daquela proporção. O próprio Giolitti, primeiro-ministro, é quem responde aos industriais enfurecidos: “Como poderia o governo impedir a

Diante do *lock-out* patronal, os operários ocupam as fábricas

ocupação das fábricas? Trata-se de 600 manufaturas e indústrias metalúrgicas. Para impedir essas ocupações deveria ter colocado uma guarnição em cada um destes estabelecimentos, nas pequenas uma centena de homens e nas grandes alguns milhares. E quem vigiaria os 500 mil operários que ficariam para fora das fábricas?"

O governo preferia usar outra tática e confiar nas direções reformistas do PSI e da CGT, uma posição que se mostraria acertada. A Fiom, buscando romper o isolamento que lhe era imposto, oferece a direção do movimento à CGT, que por maioria decide que a luta deveria se reduzir ao campo das reivindicações meramente econômicas e sindicais. A proposta de estender a greve para todas as categorias do país seria rejeitada.

O governo aproveita a oportunidade e convida as partes para negociar o fim do movimento. Os patrões cedem em alguns pontos: concordam com a concessão de um pequeno aumento salarial e ampliação do direito de férias. A CGT e a Fiom decidem aceitar a contraproposta patronal e defendem o fim das ocupações. Em Turim, a resistência dura ainda mais alguns dias.

A burguesia, entretanto, não estava contente com o resultado; havia concedido mais do que desejava. Firma-se a convicção de que era preciso pôr fim a experiência dos conselhos de fábrica. Entre 21/22, as principais lideranças foram demitidas e incluídas nas "listas negras". Mais de 31 mil operários também perderiam seus empregos em Turim. Mas a derrota final só viria mesmo com a ascensão e a consolidação do fascismo na Itália. O secretário da Confindústria enfatizaria: "Na fábrica só pode existir uma autoridade. O poder da fábrica deve pertencer ao empresário".

OS LIMITES TEÓRICOS DO JORNAL *L'ORDINE NUOVO*

As propostas apresentadas pelo *L'Ordine Nuovo* foram atacadas pela direita socialista, acusadas de serem uma vertente do "sindicalismo revolucionário". E, contraditoriamente, haveria também as críticas provindas da ala esquerda do partido. Amadeo Bordiga acusava as teses de Gramsci de serem no fundo reformistas, uma concessão às teses sindicalistas.

Suas críticas, embora com viés esquerdista, acertavam pelo menos em dois pontos essenciais. O primeiro era a constatação de que haveria uma subestimação do papel do Partido Comunista no processo de transformação revolucionária e a conseqüente supervalorização da experiência dos conselhos de fábrica, na ilusão de ser possível um controle operário da produção nos marcos do domínio da burguesia. O segundo problema era o de compreender o espaço da fábrica como "território nacional da classe operária", caindo assim num desvio economicista e corporativista.

Para Bordiga, sem a direção do partido de vanguarda, os conselhos poderiam se tornar um eficiente meio de dominação do reformismo sobre a classe operária, como ocorria

em vários países europeus. Seria um erro acreditar que "o proletariado possa emancipar-se ganhando terreno nas relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detém, com o Estado, o poder político (...) Não somos contrários à constituição dos conselhos (...) Mas afirmamos que a atividade do Partido Comunista deve alicerçar-se sobre uma outra base: sobre a luta pela conquista do poder político. Enquanto o poder político ainda se acha nas mãos da classe capitalista, uma representação dos interesses revolucionários comuns do proletariado não pode ser obtida a não ser no terreno político".

Às mesmas conclusões chegariam os comunistas italianos. Ainda no meio dos acontecimentos de 1920, eles iniciam um balanço autocrítico dos erros cometidos pela direção do movimento. "Os operários turinenses", afirma Gramsci, "compreenderam que não basta invadir as fábricas e nelas hastear a bandeira vermelha para fazer a revolução, sabem que a conquista das fábricas não pode substituir a luta pela conquista do poder político (...) Mas os operários turinenses compreenderam e sabem estas verdades porque conquistaram tais verdades experimentalmente através das discussões e da prática dos conselhos de fábrica".

Através dos conselhos, grevistas ocupam as fábricas e passam a organizar a produção, num movimento de caráter insurrecional

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo e Nogueira, Arnaldo. *O que são comissões de fábricas*. Ed. Brasiliense, 1981
- Coutinho, Carlos Nelson. *Gramsci*. Editora LPM, 1981
- Dias, Edmundo Fernandes. *Democracia operária*. Editora Unicamp, volume II, 1987
- Gramsci, A. e Bordiga, A. *Conselhos de fábricas*. Ed. Brasiliense, 1981

Augusto Buonicore é historiador e doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP

ARMANDO BOITO JR.

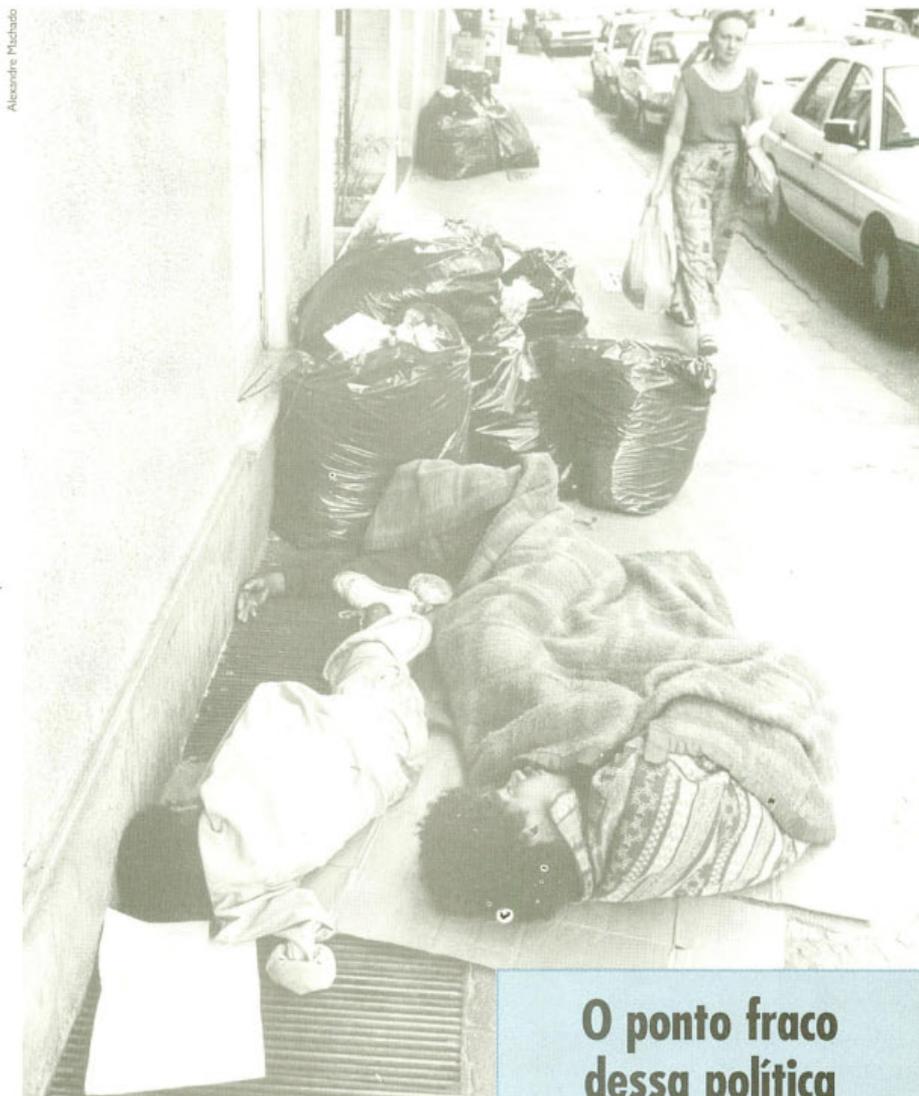
Conhecer e combater o neoliberalismo

Política neoliberal está redesenhando um novo tipo de dependência, no qual são reativados mecanismos da República Velha

O Brasil encontra-se, desde 1990, sob a égide da política neoliberal. O neoliberalismo mudou muitos aspectos da economia, do Estado e da sociedade brasileira. Constitui um erro, cometido por parte da esquerda, atribuir a miséria, a dependência e o autoritarismo provocados pela política neoliberal ao capitalismo em geral. O capitalismo brasileiro não é um capitalismo qualquer e a década de 90 representa um momento particular da história do país. Sem a intenção de analisar todas as transformações provocadas pela política neoliberal, façamos uma breve referência a pelo menos algumas delas.

IMPERIALISMO OU GLOBALIZAÇÃO?

A política neoliberal aprofundou a dependência econômica, a concentração de capital e a subordinação política do Brasil aos centros do capitalismo mundial. A abertura comercial, a desregulamentação financeira, a venda das empresas públicas e privadas nacionais ao capital



estrangeiro podem estar desenhando um novo tipo de dependência. Nele são reativados, ou melhor, adquirem importância maior, os mecanismos, jamais extintos, da antiga forma de dependência – aquela à qual o Brasil esteve submetido durante a República Velha (1889-1930). Na época, a antiga divisão internacional do trabalho confinava o Brasil ao papel de produtor e exportador de matérias-primas e importador de

O ponto fraco dessa política é a pauperização crescente das massas populares

manufaturados, enquanto o capital estrangeiro que aqui circulava era capital de empréstimo ou capital

Estudos de economistas e historiadores ingleses e franceses mostram que

investido em serviços urbanos, como energia elétrica e transporte.

O neoliberalismo fez o Brasil caminhar para trás, retomando, em condições novas, muitos aspectos da antiga dependência. O Brasil desindustrializou-se ao longo dos anos 90, reforçando a sua função de mercado consumidor de produtos industriais produzidos no centro do sistema capitalista. O Brasil não voltou a ser um país de capitalismo agrário-exportador, mas seu produto industrial caiu em termos relativos e os setores de ponta de sua indústria, a começar pela indústria de bens de equipamentos, retroagiram ainda mais. O que cresceu foi, tal qual no restante da América Latina, o setor industrial voltado para o processamento de recursos naturais – papel e papelão, óleos e sucos, minérios, etc. –, isto é, o setor industrial mais ajustado à antiga divisão internacional do trabalho, e setores como montadoras de automóveis e fábricas de produtos de consumo elétricos e eletrônicos, que crescem com o sacrifício do restante da cadeia produtiva – a indústria de autopeças e a de componentes eletrônicos.

No plano político, o Estado brasileiro, como os demais Estados latino-americanos – à exceção de Cuba e, mais recentemente, talvez, a Venezuela – tem sua política econômica e social sob a tutela de organismos internacionais, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, que são organismos controlados pelos países membros do chamado G-7.

Foram as propostas e idéias neoliberais que organizaram essa nova dependência. Os intelectuais e pesquisadores brasileiros, mesmo

aqueles que são críticos do neoliberalismo, não têm dado suficiente atenção a esse fato. Num país periférico como o Brasil, o neoliberalismo não organiza apenas uma ofensiva da burguesia contra a classe operária e demais classes trabalhadoras. Aqui, o neoliberalismo organiza, também, uma ofensiva do imperialismo contra a economia e o Estado brasileiro.

IDEOLOGIA NEOLIBERAL TENTA ESCONDER A NOVA DEPENDÊNCIA

A noção ideológica de globalização, que é peça integrante da ideologia neoliberal, procura esconder essa nova dependência, afirmando ou sugerindo que a economia internacional entrou numa fase nova e inaudita, em que a tendência seria a homogeneização do espaço econômico em escala mundial e o declínio das fronteiras, dos Estados nacionais e de qualquer forma de nacionalismo econômico. Há muitos pressupostos teóricos e muitas informações errôneas na chamada “teoria” da globalização. O imperialismo sempre teve por base uma economia internacionalizada, com graus de abertura que têm variado ao longo da história e, nem sempre, de modo linear. Apenas no final da década de 90, *alguns* países do centro do sistema *recobram* o mesmo grau de abertura que suas economias apresentavam no remoto ano de 1913, antes do início da Primeira Guerra Mundial.

No que respeita aos trabalhadores, enquanto até 1913 eles podiam circular livremente de um país para outro dentro da Europa e, principalmente, da Europa para o continente americano, hoje,



Alexandre Muchobalo

O desemprego é provocado principalmente pela política econômica

defrontam-se com todo tipo de barreiras (inclusive altas muralhas eletrificadas) que visam impedir sua emigração para a Europa ou para os Estados Unidos. O imperialismo retomou, portanto, sua tendência à abertura econômica e à internacionalização, tendência que fora refreada no entreguerras, mas não é correto sugerir que esteja, por causa disso, favorecendo um nivelamento entre as economias nacionais.

Estudos de economistas e historiadores ingleses e franceses

Na última década, aumentou ainda mais a concentração de renda no país,

as chamadas “empresas globais” são um mito do capitalismo



mostram que as chamadas “empresas globais”, que teriam investimento, pesquisa, produção e consumo difundidos indistintamente por diversos países são, acima de tudo, um mito criado pela “teoria” da globalização. As firmas ditas “globais” concentram pesquisa, produção, consumo, lucros e venda de ações nos países desenvolvidos e possuem um enraizamento nacional. O discurso sobre a globalização desarma intelectualmente a urgente necessidade de organizar a resistência anti-imperialista na periferia do capitalismo internacional. Esse discurso edulcorado esconde o imperialismo e suas novas formas e, infelizmente, parte da esquerda enredou-se nele, aceitando a idéia de que a época dos projetos nacionais estaria superada.

Além do ataque aos trabalhadores, neoliberalismo organiza ofensiva contra o Estado

COMBATE AOS PRIVILÉGIOS AOS TRABALHADORES?

Do mesmo modo que redefiniu e agravou a dependência econômica e política do país, o neoliberalismo degradou as condições de vida e trabalho dos trabalhadores. As taxas de desemprego atingiram, na década de 90, e principalmente durante este segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, números inéditos.

É a política neoliberal ou são as novas tecnologias que provocam o desemprego? A política de juros altos, ditada tanto pelo controle do capital financeiro sobre o Estado brasileiro quanto pela necessidade de cobrir o rombo produzido pela abertura comercial e pela desregulamentação financeira, impede ou reduz o crescimento econômico; as pensões miseráveis pagas aos aposentados obriga os idosos a continuarem trabalhando; a conivência do governo permite que crianças ocupem postos de trabalho que poderiam ser destinados a adultos; o chamado “ajuste fiscal” reduz os serviços, investimentos e contratações no setor público e as importações de produtos manufaturados suprimem postos de

trabalho: todos esses aspectos da política neoliberal, juntos, explicam o desemprego existente.

Em alguns setores, como bancos e montadoras de automóveis, muitos postos de trabalho foram substituídos por máquinas e, também, por novos métodos organizacionais. Mas o peso desse fenômeno não parece ser muito grande no conjunto da economia brasileira. Como mostram os estudos dos pesquisadores do Cesit, da Unicamp, o trabalho está sendo desqualificado no Brasil e o desemprego é provocado principalmente pela própria política neoliberal.

O governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso propalou a idéia de que o Plano Real promove a distribuição de renda. Na verdade, a década neoliberal, inclusive os anos dos mandatos de FHC, concentrou ainda mais a renda no Brasil. Segundo o IPEA, na década de 60, os 50% mais pobres detiveram, como média anual, 18% da renda nacional; na década de 70, essa parcela da renda apropriada pelos mais pobres caiu para 15% e na década de 80 para 14%. Os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. Entre 1990 e 1996, a média foi de 12% da renda apropriada pelos 50% mais pobres. O fato de, ao longo dos dois primeiros anos do Plano Real, ter havido uma pequena e efêmera melhoria nos termos da distribuição de renda, foi usado indevidamente como propaganda pelos neoliberais. Porém, como evidenciam os dados disponíveis para 97, esse acidente foi passageiro e não alterou a tendência concentradora da década do

com a degradação das condições de vida dos trabalhadores

Contradições no seio da burguesia persistem, mas se mantêm com baixa

neoliberalismo. A desindexação dos salários promovida pelo governo FHC foi decisiva para superar a pequena distribuição acidental ocorrida em 1995.

Mais desemprego, mais concentração de renda e menos gastos sociais. Dados de fontes as mais variadas apontam a redução dos gastos sociais e, ao mesmo tempo, o aumento dos gastos financeiros do Estado brasileiro ao longo dos anos 90 – as publicações e documentos do Tribunal de Contas da União, do Dieese, da Revista Conjuntura Econômica da FGV e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Tesouro Nacional (Siaf) confirmam essa nossa afirmação.

Essa redução dos gastos sociais do Estado apóia-se numa visão produzida pelo neoliberalismo, segundo a qual a política social do Estado deve *gastar menos* e de modo *focalizado*: a ordem é concentrar os gastos num *pacote mínimo* de serviços (ensino público somente na etapa fundamental, medicina pública apenas nos cuidados básicos, simples e baratos, etc.) *focado apenas na população pobre e miserável*. Reacionária já no plano da própria concepção, uma vez que aprofunda e oficializa a exclusão da população de baixa renda dos serviços de saúde mais sofisticados e da educação média e superior, a política social do neoliberalismo é pior ainda na prática.

O que tem ocorrido é a manipulação de um discurso aparentemente democrático – focalização nos pobres, democratização pela descentralização, participação da “sociedade civil” através de empresas

privadas e de ONGs – para reduzir todos os serviços públicos e diminuir sua qualidade. Essa situação instaurou uma cidadania desigual: serviços públicos deteriorados e insuficientes para a população de baixa renda e serviços privados de qualidade superior para a população de renda elevada.

A FORÇA E OS PONTOS DEBEIS DO NEOLIBERALISMO

Foi um complicado processo histórico que permitiu a implantação do neoliberalismo no Brasil. Esse é outro ponto importante para a esquerda discutir e aprofundar, mas sobre o qual não temos espaço para discorrer aqui. Queremos indicar apenas alguns fatores que explicam a força do neoliberalismo no Brasil ao longo da década de 90. Essa rápida referência poderá estimular o leitor a refletir, ele próprio, sobre a complexa questão de saber se, no final dos anos 90, o neoliberalismo está entrando em crise no Brasil, ou se presenciemos, ao contrário, um período de dificuldades ou mesmo de crise, mas não do neoliberalismo, e sim do governo FHC.

A política neoliberal mexeu com os interesses e com a posição de todas as classes, frações de classe e camadas sociais da população brasileira. A primeira fonte de sua força reside no fato de ela representar os interesses do imperialismo e ter logrado unificar o conjunto da burguesia brasileira. Sobre o imperialismo, basta pensar na recuperação econômica e no poderio político e militar dos Estados Unidos, e na maneira cada vez mais desenvolvida com que ele defende a ordem capitalista e liberal em escala

internacional, para dimensionarmos a importância desse fator.

Sobre a unidade da burguesia, é necessário dizer que ela não eliminou as contradições existentes no seio da classe burguesa, ao contrário do que pretendem alguns autores adeptos da “teoria” da globalização – falam no surgimento de uma burguesia internacional homogênea, sem divisões relativas às fases do ciclo de acumulação de capital e aos espaços econômicos nacionais. Pensamos que não ocorreu tal homogeneização.

Vemos, no Brasil, que as diferentes frações da burguesia mantiveram intactas suas organizações específicas de setores ou frações. No que respeita ao posicionamento frente à política econômica neoliberal, vemos que a burguesia industrial, principalmente através da ação da Fiesp, e contrastando com o posicionamento das entidades ligadas ao capital financeiro, como a Febraban, tem entrado em conflito com a política de abertura comercial e de juros altos, buscando, inclusive, alianças com o movimento sindical. O que ocorre, porém, é que esses conflitos intraburgueses têm se mantido num nível de baixa intensidade. Eles afloram nas disputas econômicas localizadas e fora de períodos eleitorais. Ficam, digamos assim, no terreno sindical. Porém, quando está em jogo o governo, como nos períodos eleitorais, a tendência da burguesia tem sido a de se unir, isolando a candidatura do campo democrático e popular. Essa unidade política da burguesia brasileira contrasta com nosso passado recente e dificulta muito a organização e a luta das classes populares.

Um segundo trunfo do

Vários fatores objetivos e subjetivos explicam a força que o neoliberalismo

intensidade

neoliberalismo é o impacto popular que suas idéias e valores obtiveram no Brasil. Esse é outro ponto que tem sido ignorado ou subestimado pela esquerda.

A fração superior da classe média ganha com o neoliberalismo e sua cidadania desigual e, por isso, tem interesse econômico e político em apoiá-lo. Mas, além de atrair a alta classe média, o neoliberalismo obteve um impacto popular. Alguns importantes indicadores desse impacto são as vitórias neoliberais nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, o surgimento da Força Sindical, a linha hesitante da CUT, e as dificuldades para se organizar a luta popular contra a política neoliberal – o MST representa uma exceção nesse quadro. Os neoliberais afirmam que o impacto popular do neoliberalismo decorre do fato dessa política ser favorável à população pobre e combater o privilégio. Pelo que vimos da política social do neoliberalismo, essa explicação deve ser liminarmente descartada. Descartamos também a explicação simplista, corrente em alguns setores da esquerda, segundo a qual tudo decorreria da manipulação da mídia.

OS DESAFIOS DA ESQUERDA NA ATUAL FASE DO NEOLIBERALISMO

O que nos parece é que o neoliberalismo soube valer-se dos aspectos antipopulares do modelo econômico e social herdado do desenvolvimentismo e do populismo para apoiar-se em aspirações justas de setores das classes trabalhadoras e, numa operação política complexa, desviar tais aspirações para uma solução política reacionária e

Alexandre Machado



antipopular. O neoliberalismo “confiscou” a revolta popular e dirigiu-a contra a grande frente política desenvolvimentista que ocupou o cenário político brasileiro ao longo das últimas décadas. Tudo que pôde explorar da herança desenvolvimentista e populista, o neoliberalismo explorou: os monopólios e favores concedidos à burguesia industrial brasileira, a concentração industrial no Sudeste, a cidadania regulada (igual a direitos sociais excludentes e desigualmente distribuídos), o caráter “cartorial” do Estado brasileiro (empreguismo, clientelismo, favorecimentos de diversos tipos, corrupção, etc.), etc.

Em todos esses casos, soube combinar a retórica combativa, com a qual logrou granjear algum apoio entre os trabalhadores, com medidas que “confiscavam” esse apoio para convertê-lo em base de sustentação de uma política favorável ao imperialismo e à grande burguesia interna, mas nunca ao movimento popular. Parte dos partidos e organizações de esquerda não quis ou não pôde responder de modo eficaz a essa operação hegemônica do neoliberalismo, justamente porque encontravam-se comprometidos, no plano político e ideológico (e, em alguns casos, até no plano do interesse econômico dessas organizações ou das pessoas que as compunham) com a herança

desenvolvimentista e populista.

O principal ponto fraco da política neoliberal é este: essa política pauperiza de modo crescente as massas populares de cujo apoio, instável, superficial e passivo, ela tem dependido para se manter. Esse é um fator que a esquerda deve explorar na luta contra o neoliberalismo. Mas, para tanto, a esquerda precisa se libertar do desenvolvimentismo e do populismo, do contrário permanecerá, como hoje, na defensiva política e ideológica. A defesa da economia nacional, dos direitos sociais, das empresas públicas, dos direitos trabalhistas e da democracia, defesa na qual a esquerda não pode hesitar, repudiando, sem qualquer conciliação, toda forma de entreguismo, de desregulamentação, de privatismo e de autoritarismo burguês, essa defesa não pode ser passiva. Ela não pode ser uma mera defesa da herança desenvolvimentista e populista. A esquerda deve lutar contra a ideologia e a política neoliberal, forjando uma plataforma política nova, de um novo Estado de bem-estar, mais massivo, igualitário e democrático, e de um novo desenvolvimento, independente e voltado para as necessidades de consumo popular; uma plataforma adequada à etapa atual da luta revolucionária no Brasil. Esse é o nosso grande desafio.

Armando Baito Jr. é professor do departamento de ciência política da Unicamp/SP e acaba de publicar o livro *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Editora Xamã

ainda possui na sociedade brasileira

O pronome perigoso

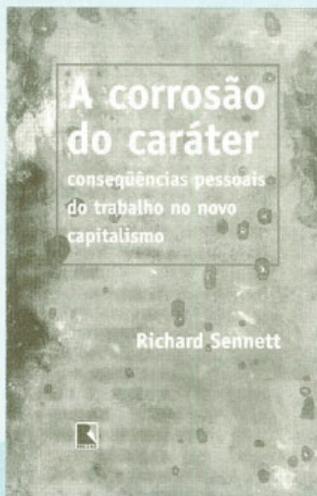
“A competição desperta o que há de melhor nos produtos e o que há de pior nas pessoas”. A frase, de um empresário norte-americano da primeira metade do século, expressa a contradição entre o indivíduo como consumidor – ávido de mais e melhores ofertas no mercado – e o trabalhador – buscando garantia do direito ao trabalho e maiores salários –, e compõem o mal-estar do final do século.

Depois do êxtase da “globalização”, nenhum tema ocupa mais a atenção dos analistas do que o tema do trabalho. Desaparição, reconversão, precarização – as brumas parecem mais esconder do que revelar o que acontece com o trabalho neste longo ciclo recessivo em que o capitalismo busca novas formas de investimento rentável, mas fica preso às tentações do lucro especulativo, fácil, de prazo curto, praticamente não taxado, cujos efeitos colaterais se tornam cada vez mais centrais e agudos.

O crescimento econômico dos anos 90 – que tem nos EUA seu carro-chefe –, ao contrário do que se diz, não se assenta nas inovações tecnológicas, mas basicamente na elevação da super-exploração do trabalho, fenômeno localizado por Ruy Mauro Marini na periferia do capitalismo e que, com o fim do pleno emprego nos países centrais, instalou-se ali, como novidade radical do novo período histórico.

Os anos de governos conservadores, com políticas neoliberais, nos EUA, liquidaram a rede social de proteção dos trabalhadores, fazendo com que sejam despedidos com grande facilidade e, a cada mudança de emprego, percam em média 14% do salário. Essas perdas são

EMIR SADER



A corrosão do caráter.

**Richard Sennet,
Editora Record,
Rio de Janeiro,
1999**

compensadas com novos empregos, elevando a jornada média do trabalhador norte-americano a 51,5 horas por semana, num contraste flagrante com a diminuição da jornada na Europa ocidental. O segredo recôndito do “milagre norte-americano” reside nesse mecanismo de superexploração. A própria criação de 12 milhões de empregos na década, de que se ufana Bill Clinton, inclui 10 milhões de empregos precários, possibilitando a piada da última campanha eleitoral: ao ouvir o presidente dos EUA mencionar aquela cifra mágica de empregos criados, um trabalhador concordou: “É verdade. Só eu tenho quatro!”.

Não é estranho, portanto, que Richard Sennet, um dos maiores ensaístas norte-americanos

contemporâneos, tenha transitado do declínio do homem público para o mal-estar do trabalho, depois de ter passado, em “A Carne e a Pedra”, pela deterioração dos espaços públicos nas grandes metrópoles. Num livro incluído até pela conservadora revista britânica “The Economist” na lista das dez principais obras da década, Sennet enfoca as consequências da fragmentação do trabalho para o caráter dos homens, da precariedade e insegurança geradas por ela, da perda de continuidade nas profissões – em suma, dos vários mecanismos mediante os quais o grande capital busca maximizar a extração do excedente na era da internacionalização e da financeirização do capital.

“O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeadada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalista”, afirma Sennet, correlativamente ao que diz Lester Thurow, para quem a concentração de renda nos EUA só é comparável a períodos de grandes catástrofes naturais ou bélicas. Oitenta por cento dos trabalhadores norte-americanos de menor renda perderam 18% de seus salários entre 1975 e 1995, enquanto o salário da elite empresarial aumentou em 19%.

Nessas situações de insegurança e risco, o caráter fica submetido a processos de corrosão. Todos tendem a se tornar “imigrantes”, no sentido da perda de direitos, da exclusão social, favorecendo a exploração da força de trabalho nas condições que mais interessam ao capital, que circula pelos mercados internacionais, enquanto a força de trabalho não goza dessa mobilidade.

A expropriação das identidades profissionais num mercado cada vez mais informal e instável repõe no seu lugar identidades não democráticas – as étnicas, as religiosas, as esportivas –, propícias para os sectarismos, os fundamentalismos, as diabolizações. Fica uma necessidade não preenchida de pronunciar o “nós” – o “pronomo perigoso”, nas palavras de Sennet. O enfraquecimento das identidades sociais democráticas – profissionais, ideológicas, políticas, culturais – provoca uma apologia da

não dependência, da resolução individual dos problemas, com lugar reservado para a “auto-ajuda”. Trata-se de destruir todas as formas coletivas, associativas, de construção de sujeitos sociais por parte do neoliberalismo, tão bem expresso nas acusações de “corporativismo” assacadas pelos governantes filiados a essa corrente.

São patéticos e pessimistas até mesmo os balanços de origem conservadora sobre um século que termina com o capitalismo

triunfante. Base do mal-estar da virada do século está a elevação da extração do excedente do trabalho por parte do capital, provocando a corrosão do caráter analisada por Sennet. À personalidade autoritária, à personalidade narcisistas se acrescenta, neste final de século, a personalidade corroída.

Emir Sader é professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e membro do Conselho Editorial da *Debate Sindical*

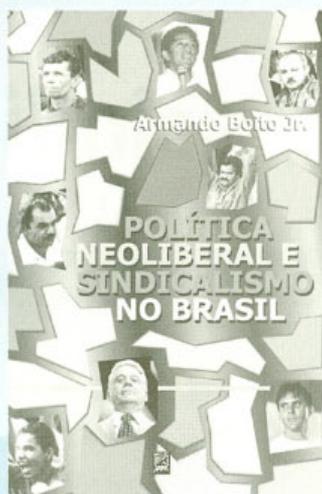
Uma estratégia alternativa

A década de 90 tem sido bastante difícil para o sindicalismo brasileiro. Ele teve que enfrentar um novo inimigo, até então desconhecido, o neoliberalismo – que o colocou na defensiva. Diante deste quadro, gestou-se no sindicalismo um debate intenso sobre qual deveria ser a estratégia mais adequada para enfrentar a nova situação.

Neste livro, o professor Armando Boito faz um balanço desses difíceis anos para os trabalhadores brasileiros. Analisa as particularidades da política neoliberal no Brasil e a relação que estabeleceu com as diversas frações das classes dominantes e das classes trabalhadoras. Por fim, avalia as posições que o movimento sindical assumiu diante dessa ofensiva.

Neste ponto, Boito concentra o seu estudo nas centrais sindicais, especialmente na CUT. Segundo ele, após a eleição de Collor, “instaurou-se uma defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT e a nova conjuntura”. Esta impunha, objetivamente, uma linha de ação defensiva, o que não poderia ser confundida com a necessidade de implantação do modelo de “sindicalismo propositivo”,

AUGUSTO BUONICORE



Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.
Armando Boito Jr.,
Editora Xamã, São Paulo, 1999

advogado pela Articulação Sindical, a tendência majoritária desta central.

Sintomática desta posição foi a estratégia das câmaras setoriais. Ela acentuou o corporativismo, pois o sindicato foi “levado a propor soluções para o problema do ‘seu’

setor e essas soluções, em pontos fundamentais, colidiram com os interesses e propostas dos trabalhadores de outros setores” – afirma Boito.

Ele nega, no entanto, que a CUT tenha aderido ao neoliberalismo. Constata que a central chegou a assumir posições “abertamente contrárias à política neoliberal ao longo dos anos 90”, contrárias à própria linha do “sindicalismo propositivo”. O crescimento e a radicalização do movimento popular contribuiu “para reavivar as posições mais críticas na CUT”.

Boito procura, então, responder a questão: Por que a CUT mudou? As razões são múltiplas. Mas, o “fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal”. Uma outra razão, determinada pela anterior, foram as mudanças ocorridas nas duas principais correntes que influenciaram a Articulação desde a sua origem: a igreja católica e a social-democracia européia. Teria ocorrido um deslocamento à direita de ambas.

Para Boito, existiria também uma base social para a expansão do

sindicalismo propositivo e do corporativismo. A base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, apesar de ter sido fortemente atingida pela política neoliberal, especialmente pelo desemprego, teria se mostrado receptiva ao neocorporativismo, graças a “uma pequena melhoria salarial” que obtivera. Penso que esta tese é temerária, pois o próprio Boito constata o crescimento da esquerda sindical nas bases do ABC, o que mostra o desgaste das teses “propositivas” adotadas pela direção sindical.

Entretanto, para Boito, a hegemonia neoliberal é frágil. A tentativa de apresentar o neoliberalismo “como um crítico dos privilégios” choca-se com o próprio conteúdo da doutrina e com a sua

prática. É justamente esta contradição que indicaria a possibilidade da sua superação como ideologia hegemônica. Isto não significa desconhecer o fato que ainda estamos na defensiva. Por isso, critica aqueles que “defendem, para a presente conjuntura, uma estratégia ofensiva (...) cujo objetivo imediato seria a revolução socialista”.

Pelo contrário, afirma Boito, a tarefa fundamental hoje é construir “um programa e um quadro de alianças para uma frente política apropriada à fase defensiva atual”. Embora defenda uma ampla frente, ele lembra que “toda frente comporta uma disputa interna pela hegemonia entre as classes e frações de classe que a compõem”. Por fim, afirma: se “o movimento popular e os partidos de esquerda lograrem

constituir um governo de frente antiliberal, esse fato criará condições políticas novas (...) Uma reforma antiliberal poderá exigir novos passos em direção à reformas mais profundas, se não se quiser retroceder”.

Nestes tempos de hegemonia neoliberal, o livro de Armando Boito é uma obra fundamental para aqueles que lutam pela construção de uma alternativa de esquerda adequada à atual correlação de forças existente no Brasil e no mundo. Não conseguiremos vencer subestimando a força de nosso inimigo e muito menos incorporando a sua ideologia, tentando adaptá-la aos nossos interesses.

Augusto Buonicore é historiador e doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP

O ABC do sindicalismo

Na edição 28 da *Debate Sindical* foi publicado o artigo “Greve e cultura no ABC paulista”. Foi uma prévia do livro agora lançado pela professora da Universidade Federal de Uberlândia, Kátia Paranhos. A obra é uma síntese entre a opinião acadêmica, coerente com a influência das novas formas de abordagem histórica do programa de pós-graduação da Unicamp, e a militância sindical, enriquecida com ampla documentação, sobretudo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Os pressupostos teóricos mesclam a visão teórica recente sobre os trabalhadores, através do resgate do “discurso sindical” dos metalúrgicos do ABC paulista, ao reconstruir a “linguagem dos trabalhadores” e seus “enunciados imagéticos”, como afirma a autora.



No texto, flui um caleidoscópio de vários pensadores, que “dialogam” pela mão da historiadora com os periódicos do sindicato, como o “Tribuna Metalúrgica” e o seu “Suplemento Informativo”. Mesmo que a autora tenha “a intenção de provocar no leitor a sensação de que neste livro são os trabalhadores que contam a sua história”, como diz o prefácio do historiador Edgar de Decca, estas referências bibliográficas estão muito presentes na construção do texto. Pelo cruzamento da diversidade de fontes com o processo histórico que analisa, o livro torna-se desde já leitura obrigatória para militantes de sindicatos e partidos, trabalhadores e intelectuais que estudam o chamado mundo do trabalho.

Da leitura, compreende-se parte da experiência histórica da luta dos

trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar pós-64 e a repressão dos militares contra aqueles que resistiram à aliança das classes dominantes brasileiras com o imperialismo norte-americano. Mas, sobretudo, a obra é o resgate da origem do “novo sindicalismo”, a partir do ABC paulista, que serviria de base à criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da CUT, em 1983. Apresenta, por outro lado, como nas condições econômicas, sociais, políticas e culturais do Brasil dos anos 70, através da resistência de milhões de sujeitos históricos anônimos, surgiu a liderança do metalúrgico Luís Inácio “Lula” da Silva. Foi no contexto do embate contra a ditadura que Lula proferiu a frase, ressaltada pela autora: “Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores”.

O argumento da autora pode transformar-se em ponto de partida para o entendimento da formação de uma concepção sindical e política que tornou-se hegemônica na classe operária do ABC – não homogênea, como certas passagens do texto podem dar a entender –, e que é ponto de partida significativo para situar-se no debate sobre os rumos sociais-democratas e reformistas no interior da CUT e do PT nos dias atuais, em especial na afirmação do discurso da “cidadania plena” como negação do socialismo.

Por outro lado, determinadas teses delineadas pela autora estão hoje no centro do debate teórico mundial sobre o movimento operário, inovando ou dando novas roupagens às velhas questões que já apareciam no século XIX, à época da 1ª Internacional. A classe operária como autodeterminada no processo histórico explica em parte a autonomia e a identidade operária dos metalúrgicos do ABC diante do Estado e dos padrões para formar o

“sindicalismo autêntico”. Mas traz consigo a armadilha da compreensão política espontaneísta na ação de classe, ao negar determinações econômicas e políticas na formação da consciência dessa mesma classe, principalmente na luta sindical. Tal perspectiva aparece como um dilema extremamente contemporâneo, podendo significar um passo para o reformismo e a conciliação das classes, tanto quanto as visões economicistas que negam ao proletariado a ação histórica consciente.

Nesse sentido, certa leitura “thompsoniana” da classe, através do “fazer-se” cotidiano e autônomo, com uma implícita influência de Castoriadis, pode trazer em seu ventre a tese da desnecessária organização política da classe operária em partido político, negando em essência a tese marxista de “classe em si” e “classe para si” e reforçando vertentes antigas que defendem que a luta “autêntica” se dá nos limites do sindicato, sem que sejam necessárias as transformações globalizantes. Em tal análise, perpassa uma visão teórica que nega a síntese dialética totalizante, em que o limite da consciência pode resultar apenas na luta econômica, separada dos embates pela libertação social e política dos trabalhadores.

Kátia afirma na conclusão que recolheu “cacós” da história dos metalúrgicos de São Bernardo, oferecendo ao leitor em parte uma “invenção” sua, em parte uma visão “construída pela atenta escuta das vozes operárias”. Concretiza-se assim o diálogo entre a intelectual e os trabalhadores. Não deixa de ser uma tomada de posição na perspectiva metodológica da “análise do discurso”. Mas sempre é bom salientar que discursos são permeados e construídos por visões ideológicas e políticas, não são neutros como nos ensinaram muitos

pensadores. Fora disso, resta-nos a capciosa tese do “fim das ideologias” ou as artimanhas do pretense “fim da história”, sobretudo se levarmos em conta o debate em torno da negação do marxismo, construída por interpretações neo-historicistas que relativizam o conhecimento sob o ponto de vista individual (seja do intelectual ou do trabalhador), pegando caminho no filão das teses irracionistas da “pós-modernidade”.

Nesse sentido, o trabalho da professora é, sobretudo, uma visão acadêmica sobre o movimento operário brasileiro, mas uma visão acadêmica entrelaçada por teses que também circulam no âmbito do movimento operário e sindical, assumindo a “linguagem do outro”, quem sabe muito idêntica às vozes daqueles que dirigem o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema de 1971 até hoje e a sua base de apoio.

Por isso, se a crise do socialismo e do marxismo persiste, se a crise do sindicalismo e de outros movimentos sociais e políticos continua fazendo com que os meios acadêmicos se desinteressem pelo movimento operário, a obra de Kátia Paranhos nos estimula a refletir, somando-se às lutas concretas dos trabalhadores contra o neoliberalismo e a ideologia da globalização, a fim de repensarmos estratégias de retomada da utopia socialista para o Brasil. Desde que esta parta da nossa realidade, sem estabelecer modelos dados *a priori*.

NOVA FASE

Parabenizo a nova fase da *Debate Sindical*. Esta é uma revista que cumpre, com competência e profissionalismo, o objetivo para o qual foi fundada: promover o debate sindical, saudável e democrático. Aprofundando a reflexão sobre a conjuntura nacional e a realidade internacional, a revista impulsiona o avanço da consciência da classe trabalhadora. Meus parabéns novamente e muitos, muitos anos de vida”.

*Vicente Paulo da Silva, Vicentinho
Presidente da CUT*

A leitura da revista *Debate Sindical* é uma excelente opção para sindicalistas, trabalhadores e todos os brasileiros que buscam a verdadeira cidadania para a nossa sociedade. Os temas abordados a cada edição têm contribuído para as discussões sobre estrutura e organização sindical que a Contag está mantendo para o 2º Congresso Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que será realizado entre 25 e 29 de outubro de 1999, em Brasília. A Contag considera a publicação como uma importante contribuição para as reflexões sobre a luta de classes no Brasil.

*Manoel José dos Santos
Presidente da Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Agricultura (Contag)*

Parabenizo aos editores da revista *Debate Sindical* pela sua cara nova. O que, em meu julgamento, já era bom, agora ficou ainda melhor. Além da escolha sempre oportuna dos assuntos e da abordagem precisa para o movimento sindical brasileiro verdadeiramente comprometido com a classe trabalhadora, ganhamos todos com a nova diagramação e projeto gráfico. Continuaremos prestigiando a *Debate Sindical* e recomendando a todos os dirigentes sindicais a sua importante leitura.

*Antônio Carlos dos Reis, Salim
Presidente do Sindicato dos Eletricistas
de São Paulo e da CGT*

Como sindicalista, valorizo muito os veículos de comunicação sindical que evoluem cada vez mais nos aspectos editorial e gráfico. Entre estes veículos,

incluo a revista *Debate Sindical*, que trata das questões ligadas ao mundo do trabalho que nem sempre são publicadas na grande imprensa.

*Paulo Lucânia
Presidente da Federação dos Comerciantes
de São Paulo e da União Sindical
Independente (USI) e conselheiro do
Instituto da Cidadania*

Instrumentalizar o debate e a luta sindical nos tempos atuais é um desafio instigante e necessário. A *Debate Sindical* faz isso de maneira exitosa. Seu novo projeto gráfico/editorial aproxima mais a revista do seu público. Ao torná-la mais leve e atraente, chama para si a responsabilidade de falar às parcelas mais amplas. No entanto, considero que ainda resta dotá-la de um perfil mais informativo e jornalístico. Mantendo seu caráter opinativo, mas agregando abordagens mais tópicas sobre temas que circundam o meio sindical, que são alvo de debate permanente nas entidades e, portanto, fundamentais para que seus dirigentes e ativistas possam encarar de frente a mídia hegemônica pelas classes dominantes. A revista precisa ser um veículo de informação contra-hegemônico. Precisa tornar-se referência não só aos debates das grandes questões, mas também na análise do cotidiano da luta de todos os trabalhadores.

*Júlio Filgueira
Publicitário, ex-assessor do Sindicato dos
Farmacêuticos de São Paulo, diretor da
empresa Século Comunicação Integrada*

A *Debate Sindical* sempre foi um instrumento de apoio às atividades de elaboração teórica que desenvolvo. Em sua nova fase, ela tem recebido elogios não só de ativistas do movimento sindical, mas de professores e estudantes dos cursos de pós-graduação de universidades com quem temos contato. Nestes anos de luta, não só para informar, mas para formar, a revista se constituiu num importante baluarte na defesa de uma nova alternativa para os trabalhadores, como acenou Alain Bihl em seu livro “*Da grande noite à alternativa*”. *Debate Sindical* é um alento e um espaço de propagação das idéias progressistas, contrastando com os materiais ideológicos da burguesia, bem como com outras produções teóricas que

se abstêm de ‘tocar na ferida’ da necessária transformação da sociedade. Parabéns à revista e a todos que lutam para preservar as idéias de persistência e coragem para um novo amanhã.

*Elza Maria Campos
Mestranda em educação na Universidade
Federal do Paraná*

POLÊMICA ANTUNES-BOITO

Tenho acompanhado com atenção a polêmica travada nas páginas da revista entre os professores Ricardo Antunes e Armando Boito sobre as mutações no mundo do trabalho e a crise do movimento operário mundial. Num primeiro momento, o debate contribuiu para elucidar os problemas, sendo rico em argumentos e análises. Mas penso que ele se alongou demais e já ficou contraproducente, resvalando para ataques pessoais e para a repetição insistente de pontos de vista. Os dois renomados intelectuais, conhecidos pela postura radical de luta contra a hegemonia neoliberal, poderiam agora contribuir na reflexão de outros temas candentes para as lutas dos trabalhadores.

*Eduardo Leite
Rio de Janeiro/RJ*

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

As mudanças efetuadas na *Debate Sindical* representaram um salto de qualidade. A revista ficou mais atrativa e moderna, sem perder a sua linha classista e plural. As colunas assinadas por Marcio Pochmann, Ulisses Riedel e João Guilherme deram maior autoridade à publicação, ampliando a sua influência. Os destaques da edição foram: a entrevista com Wanderley Guilherme, que desmascara o caráter autoritário do governo Fernando Henrique Cardoso; e o belo artigo do professor Claudio Dedecca. Sua análise sobre o processo de desregulação do trabalho possui enorme consistência. Demonstra os retrocessos promovidos pelo neoliberalismo nas últimas décadas nas políticas sociais e nas negociações coletivas. Serve para armar os trabalhadores na luta contra a ofensiva do capital.

*Fábio Ribeiro Rocha
Campinas/SP*

Tréplica a Armando Boito

Uma vez mais sou levado a responder a tréplica de Armando Boito, publicada na *Debate Sindical* número 30. Como se verá, ele continua insistindo em sua leitura superficial. Começa desde logo recusando o debate analítico, conceitual, considerando minha expressão *classe-que-vive-do-trabalho* “extravagante”. E acrescenta ainda que o termo é equivocado, pois “todas as classes vivem do trabalho”. Só uma leitura completamente distanciada do debate contemporâneo pode usar este argumento simplório. E eu lhe dei vários elementos analíticos explicativos, que ele sequer discute. Todo leitor, mesmo que discorde de nosso termo, sabe que estamos nos referindo à classe trabalhadora, aos assalariados que vendem a sua força de trabalho. Só Boito tinha “dúvida” sobre a que classe eu estava me referindo. No plano mais de fundo, há uma clara diferença: o marxismo que defendo pretende entender o mundo contemporâneo, suas continuidades e rupturas, não se contentando com um marxismo *classificatório e formalista*.

Boito continua argumentando que “não se pode deduzir a crise do movimento operário e sindical da situação de mercado da classe operária”. Dizer que meu livro permanece neste terreno é uma deformação completa do texto. Para que o leitor tenha uma idéia, o mercado de trabalho não é sequer tematizado diretamente no livro. O que faço é uma crítica teórica àqueles que refutam a teoria do valor de Marx, que refutam a validade e vigência da alienação (que o marxismo do Boito desconsidera, pois nele não há sujeitos), que refutam a atualidade da crítica da economia política de Marx. E o faço através da recuperação do debate sobre *trabalho concreto, trabalho abstrato*, a forma contemporânea da alienação etc., que Boito chama de discussão sobre o “mercado de trabalho”. O seu politicismo formalista e esquemático é tão exagerado que, para ele, tudo se resume à “conjuntura política”. E o que não é conjuntura política é “mercado de trabalho”.

Boito se diz surpreso com o “rebaixamento da discussão”: ele se esqueceu de dizer que, na sua carta anterior, usou o seguinte argumento de força, ao afirmar que a análise contida em *Adeus ao Trabalho?* seria “muito distinta da tradição teórica herdada da Terceira Internacional”. Ele não disse, o que seria justo e correto, que ela era muito distinta da leitura que *ele* faz da Terceira

Internacional. Será que, para Boito, Lukács não faz parte daquela corrente? E Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotsky? Só poderia responder a Boito que a tradição teórica e política da Terceira Internacional a que ele se filia é aquela que começou em 1924, com o advento do stalinismo. E essa tradição nós recusamos profundamente. Portanto, quem “classificou” (ou tentou “desclassificar”), rebaixando a discussão foi Boito.

Dou outro exemplo desse rebaixamento: ele refere-se aos debates que participamos, ao longo dos anos 80, sobre a Revolução Russa. Disse que eu “defendia com muita ênfase e convicção” o modelo soviético. O leitor poderá, uma vez mais conferir: em 1983 publiquei texto que tematizava sobre a Revolução Russa. Dizia que lá existia *um estado operário com deformações burocráticas* (tese apresentada em 1921 por Lênin), e *que se deformou completamente a partir de 1924, com a gradativa vitória stalinista*. E que na União Soviética vigorava um forma de *socialismo de acumulação*, dada por inúmeras causas, como a sua situação de atraso, isolamento e da travagem da revolução na Europa (O leitor pode conferir em “Poder e Transição: A Atualidade de Marx frente aos Dilemas do Socialismo”, em *Marx Hoje*, Ensaio, 1983, dentre outros que escrevi sobre o tema). Boito quis passar deformadamente ao leitor a idéia de que eu “defendia com muita ênfase e convicção” o modelo soviético, quando minha crítica tinha forte inspiração em algumas teses de Marx, Lukács e Trotsky. Esqueceu-se, entretanto, de dizer que ele “defendia com muita ênfase e convicção” a tese do capitalismo de estado na URSS, a da revolução cultural-proletária na China, chegando inclusive defender o *Sendero Luminoso*. É só conferir, pois isso chegou a ser publicado.

Dito isto, volto ao centro do debate. Boito afirma que eu cortei parte do meu texto, ao responder a minha carta anterior. Eu teria então omitido a seguinte pergunta (que eu mesmo faço na Introdução de meu livro): A crise da ‘sociedade do trabalho’ deve ser entendida como o fim da possibilidade da *revolução do trabalho*? Boito, aqui, realiza duas enormes confusões teóricas, que demonstram sua desconsideração ou desconhecimento em profundidade da literatura que critica a “sociedade do trabalho”. Primeira confusão: toma como sinônimos “crise da sociedade do trabalho” e “crise do

movimento operário”. Se é evidente a relação entre estas dimensões, tomá-las como sinônimos é grave erro teórico: é elementar que a centralidade do trabalho na ontologia do ser social não é *sinônimo* de “centralidade política do movimento operário”. Mas Boito parece desconhecer esta distinção teórica.

O que procurei fazer em *Adeus ao Trabalho?* foi uma crítica de inspiração marxiana e marxista *aos* “críticos da sociedade do trabalho”, em verdade, críticos da centralidade do trabalho. E o que eles, os críticos, dizem (o que aqui tão somente podemos indicar)? Gorz já deu há muito tempo *adeus ao proletariado*. Para Kurz, a classe trabalhadora não seria mais capaz de lutar contra o sistema de mercadorias (porque seria parte intrínseca dele). Para Offe, a sociedade de serviços teria no limite substituído a lógica do capital, uma vez que ela (“sociedade de serviços”) seria regida por valores não-mercantis, tornados dominantes, o que leva à desapareição da “ética positiva do trabalho”. Dominique Méda, recuperando a tese weberiana do *desencanto do mundo* e transplantando-a para o *desencanto do trabalho*, propugna pelo controle da razão instrumental e pela ampliação da cidadania, sendo o trabalho uma categoria *em vias de desapareição*. Habermas, o mais articulado e complexo de todos, pode ser assim ultra-resumido, dado o pequeno espaço que aqui temos: a teoria do valor de Marx não dá mais conta do capitalismo tardio e o trabalho não é mais a fonte da criação de riqueza, porque o *sistema* (esfera da *razão instrumental* e do trabalho) está *desacoplado* da esfera do *mundo da vida* (da esfera *interativa ou comunicacional*), onde se encontrariam hoje reais possibilidades emancipatórias. Foi contra estas teses que esbocei uma análise crítica. Boito, completamente distante deste debate, provavelmente porque seu politicismo deve achar que a análise crítica destes autores seja desnecessária, continua querendo encontrar no meu livro *uma análise da crise política do movimento operário, sindical e socialista*.

Adeus ao Trabalho? recebeu inúmeros comentários e discussões que respeitavam o objeto da obra e apresentaram, vários deles, críticas bastante pertinentes que mereceram, muitas delas, minha reflexão e reconsideração. Infelizmente, não foi esse o caso da crítica de Boito.

Ricardo Antunes
Professor de sociologia da Unicamp/SP

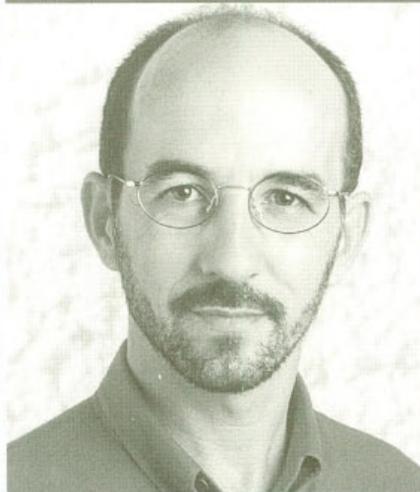
Lutas salariais em setembro tendem à radicalização

Os trabalhadores enfrentam atualmente muita dificuldade no encaminhamento das suas campanhas salariais. O motivo principal é a ofensiva neoliberal. Uma das faces mais cruéis dessa política é o desemprego. Segundo o IBGE, em dezembro/90, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo era de 4,22%; já em novembro/98, atingiu 8,12% – quase o dobro. Pelos dados do Dieese, mais realistas, no mesmo período a taxa pulou de 10,3 para 18,3%. O desemprego, que vitimava 6 milhões de trabalhadores em 1990, hoje penaliza cerca de 12 milhões de brasileiros.

A informalidade também é uma marca dessa conjuntura. Em 1990, nas regiões metropolitanas, mais de 50% dos ocupados tinham carteira assinada; em 1998, esse índice ficou 38,7% no Recife. Em 95, cerca 3,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos eram exploradas. Terceirização, quarteirização, trabalho precário, contrato temporário, entre outras chagas, são os efeitos da ação de um governo que não tem absolutamente nenhuma preocupação social.

GREVE DOS CAMINHONEIROS CONFIRMA ENORME REVOLTA

É nesse contexto que ocorrem as campanhas salariais de setembro, envolvendo categorias de peso – como bancários, petroleiros, químicos e metalúrgicos. Mais de 1 milhão de assalariados têm data-base neste período. Apesar dos obstáculos, as lutas recentes têm



1 milhão de trabalhadores participam das campanhas no fim de ano

indicado maior garra e resistência dos trabalhadores. A greve dos caminhoneiros, que paralisou o país, é um exemplo de que há uma insatisfação latente na sociedade. O clima está esquentando, apontando para uma maior radicalização.

A CUT, na sua plenária de agosto, decidiu concentrar esforços nas campanhas deste período. Seu objetivo é unificar as categorias e intensificar as lutas. Metalúrgicos e químicos já marcaram greves para setembro. Outras categorias, como bancários e petroleiros, aquecem os seus motores. Atenta a essa evolução, a CUT estuda a possibilidade de convocar uma paralisação nacional. Até a Força Sindical, desgastada por seu namoro com FHC, fala em “festival de greves” em setembro/outubro.

Além da luta contra o desemprego, que mantém-se como prioridade, as campanhas deverão retomar a batalha pela reposição salarial. A ameaça do repique inflacionário, a partir do aumento das tarifas públicas e de outros produtos, como combustíveis e remédios, serve

como fator mobilizador de várias categorias. As pautas de reivindicações já aprovadas exigem reposição das perdas salariais; algumas também pedem o disparo do gatilho como mecanismo de proteção do poder aquisitivo.

UNIFICAR E POLITIZAR AS CAMPANHAS SALARIAIS

Como se observa, o quadro é contraditório. De um lado, o desemprego e a desconstrução nacional dificultam as lutas; de outro, o governo FHC afunda no desgaste e aumenta a revolta popular. A paciência do povo está no limite. Neste cenário, a resposta dos trabalhadores precisa ser cada dia mais combativa e criativa. Não existe fórmula mágica para enfrentar essa situação. O certo é que não dá para capitular, abrindo mão de direitos ou priorizando a negociação em detrimento da luta.

É preciso apostar todas as fichas na mobilização e buscar unificar as campanhas para enfrentar o governo e os patrões. Só assim será possível potencializar a ação de cada categoria, acumular forças e preparar as condições para a greve geral. Do ponto de vista da condução das campanhas é indispensável que as iniciativas consigam engajar os trabalhadores e envolver o conjunto da sociedade.

Nestas campanhas, os trabalhadores não podem abstrair-se da situação política do país. Portanto, torna-se urgente a luta contra o governo FHC, que é o maior responsável pelo desastre neoliberal em curso. A politização dá maior perspectivas para as batalhas salariais.

Álvaro Gomes é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia

No ano 2000
escolha bem sua companhia de todos os dias!

AGENDA



OUTROS 500

*Não é só uma agenda,
é uma verdadeira enciclopédia
do povo que fez o Brasil nesses 500 anos.*

*Toda produzida em 4 cores,
cada página com 2 ilustrações
e 8 fatos mais marcantes do dia.*

*Agenda ideal para marcar
os compromissos e conhecer melhor
datas e lutadores do Brasil.*

*As entidades que desejarem adquirir cotas superiores a
500 exemplares obterão:*

- desconto especialíssimo;*
- oportunidade de ocupar as primeiras páginas (caderno de 8 ou
16 páginas) da publicação, deixando a **agenda Outros 500**
identificada com sua marca.*

Pedido antecipado da Agenda Outros 500 - Editora Anita garibaldi

Entidade: _____
Nome do responsável: _____
Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Desejo reservar _____ exemplares da Agenda Outros 500.

Sei que receberei, logo mais, informações sobre condições de pagamento e prazos de entrega.

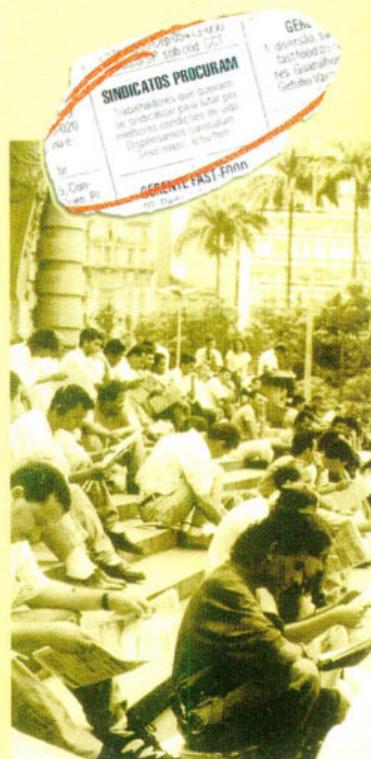
Editora Anita Garibaldi
Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP
Telefax: (0xx11) 289 1331 - E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

Um livro indispensável

Administração sindical em tempos de crise

Aldo Rebelo
Giovanni Alves
Rubens Aidar
João Guilherme Vargas Netto
Adalberto Moreira Cardoso
Armando Boito
Hilário Gottselig
Tarcísio Secoli
Cláudio Spiciati Barbosa
Ulisses Riedel
Remígio Todeschini
Altamiro Borges (org.)

Edição:
CES



O sindicalismo brasileiro vive um período de crescentes dificuldades financeiras, o que fragiliza a sua atuação. Mas quais são as causas de fundo desta crise? Qual a sua verdadeira dimensão? Quais as experiências mais positivas de administração dos sindicatos? Estas são algumas das questões que este livro – resultado de um seminário que reuniu estudiosos e sindicalistas de várias correntes – procura responder. É uma obra de reflexão e ação prática. Não deixe de ler!

DESCONTO ESPECIAL

- Assinatura da Debate Sindical R\$ 30,00
- Livro "Administração sindical em tempos de crise" – R\$ 15,00

Nesta promoção especial, com validade até 30/11/99, você paga apenas R\$ 35,00 pela assinatura (que dá direito a quatro edições da revista) e mais o livro.

Assine a revista

Cupom de Assinatura

Nome _____			
Endereço _____			
Bairro _____	CEP _____	Cidade _____	Estado _____
Telefone(s) _____		Fax _____	
Profissão _____	E-mail _____		

Forma de pagamento:

- Cheque nominal ao CES. Valor de R\$ _____
- Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, Agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

Cartão Credicard ou Visa

Nº _____

Validade ____ / ____ / ____

Debate Sindical